

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

NILSON LOURENÇO DA SILVA

**O PERFIL DOS PROFISSIONAIS BIBLIOTECÁRIOS DOS TRIBUNAIS DA
CAPITAL SERGIPANA**

São Cristóvão

2017

NILSON LOURENÇO DA SILVA

**O PERFIL DOS PROFISSIONAIS BIBLIOTECÁRIOS DOS TRIBUNAIS DA
CAPITAL SERGIPANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Ciência da Informação da
Universidade Federal de Sergipe para obtenção
do grau de bacharel em Biblioteconomia e
Documentação.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Elias de Araújo

São Cristóvão

2017

Ficha catalográfica elaborada pelo autor.

S586p	<p>Silva, Nilson Lourenço da O perfil dos profissionais bibliotecários dos tribunais da capital sergipana / Nilson Lourenço da Silva; orientador Dr. Sérgio Luiz Elias de Araújo. - São Cristóvão, 2017. 76 f.: il.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência da Informação, 2017.</p> <p>1. Bibliotecário jurídico – Perfil. 2. Bibliotecário jurídico - Atuação. 3. Bibliotecário jurídico - Competências. 4. Bibliotecário jurídico - Fontes de informação. I. Araújo, Sérgio Luiz Elias de, orient. II. Título.</p> <p>CDU: 026:34-051 CDD: 026.340 862 2</p>
-------	--

O PERFIL DOS PROFISSIONAIS BIBLIOTECÁRIOS DOS TRIBUNAIS DA CAPITAL SERGIPANA

NILSON LOURENÇO DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Ciência da Informação da
Universidade Federal de Sergipe para obtenção
do grau de bacharel em Biblioteconomia e
Documentação.

Nota: _____

Data de apresentação: _____

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Sérgio Luiz Elias de Araújo
(Orientador)**

**Prof. Me. Antônio Edilbeto Costa Santiago
(Membro convidado – Interno)**

**Prof. Ma. Gleyse Santos Santana
(Membro convidado – Interno)**

A meus familiares e amigos que contribuíram de alguma forma...

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me iluminado em toda essa jornada acadêmica.

A minha família, pela confiança e motivação.

Ao Prof. Dr. Sérgio Luiz Elias de Araújo, fundamental as etapas deste trabalho.

Agradeço em especial ao Prof. Me. Antônio Edilberto Costa Santiago, por todas as explicações e ensinamentos.

Aos professores e colegas de curso, pois juntos trilhamos uma etapa importante de nossas vidas.

Aos profissionais entrevistados, pela concessão de informações valiosas para a realização deste estudo.

A todos que, com boa intenção, colaboraram para a realização deste trabalho.

“O único homem que está isento de erros, é aquele que não arrisca acertar.”

Alberte Einstein

RESUMO

No presente trabalho apresenta-se os profissionais da informação, bibliotecários, que atuam na área jurídica, o objetivo do estudo foi analisar o perfil dos profissionais bibliotecários dos tribunais da capital sergipana, mais especificamente, levantar o perfil do bibliotecário jurídico, verificar sua atuação, identificar suas competências e identificar as principais fontes de informações jurídicas utilizadas por esses profissionais. Os locais de investigação foram as bibliotecas instaladas nos cinco tribunais de Aracaju, tais como: Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, sendo o universo constituído por sete profissionais bibliotecários e um especializado em Biblioteconomia. A metodologia adotada foi a pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e o procedimento utilizado foi o bibliográfico e a pesquisa de campo. Para coleta de dados foi realizado entrevistas onde foi aplicado questionário, estruturado com questões objetivas e abertas, em visitas presenciais às bibliotecas dos tribunais. Os resultados apontaram que a maioria dos profissionais são do sexo feminino, com idade entre 51 e 69 anos, graduados pela Universidade Tiradentes, nasceram em Sergipe; ocupam o cargo de Bibliotecário, atuam na área jurídica e na biblioteca a 16 anos ou mais, mantem-se atualizados por meio de livros e periódicos especializados; têm por competência o gerenciamento da biblioteca e utilizam como fontes de informações o Diário da Justiça, livros e periódicos jurídicos. Conclui-se, portanto, que os objetivos da pesquisa foram atingidos.

Palavras-chave: Atuação do bibliotecário jurídico. Competências do bibliotecário jurídico. Fontes de informação jurídicas. Perfil do bibliotecário jurídico.

ABSTRACT

The present work presents the professional librarian as well as information professionals in the legal area, the objective of the study was to analyze the profile of librarians from the courts of the Sergipe capital, more specifically, lift the profile of the legal librarian, verify their performance, identify their competencies and identify the main sources of legal information used by these professionals. The sites investigate were the libraries inside Aracaju's courts: Federal Regional Court of the 5th Region, Sergipe State Court of Justice, State of Sergipe Court of Auditors, Sergipe Regional Electoral Tribunal and Regional Labor Court of the 20th Region. Being the corpus also constituted by seven professional librarians and one specialized. The methodology adopted was the exploratory and descriptive research, with a qualitative approach. The procedures used were bibliography and field research. For data collection, interviews were conducted in which questionnaires, structured with objective and open questions, were applied in visits to the libraries of the courts. The results showed that the majority of professionals were female, aged between 51 and 69 years old, graduated in Tiradentes University and born in Sergipe; They were occupying the position of Librarian and working in the legal area for 16 years or more. They are also responsible for keeping specialized books and periodicals updated; Finally, librarians are responsible for managing the library. While they work, It is common to see they using the Journal of Justice, books and legal journals as sources of information. It was concluded, therefore, that the objectives of the research were achieved.

Keywords: Law librarian profile. Law librarian performance. Law librarian skills. Sources of laws information.

verify their performance, identify their competencies and identify the main sources of legal information used by these professionals

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	As três dimensões da competência.....	35
Figura 2	Competências necessárias ao bibliotecário.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Profissional da informação segundo a CBO.....	18
Quadro 2	Possíveis áreas de atuação do profissional bibliotecário.....	23
Quadro 3	Concursos para bibliotecário no ano de 2016.....	26
Quadro 4	Concursos para bibliotecários na área jurídica.....	29
Quadro 5	Atividade e competências do bibliotecário jurídico.....	37
Quadro 6	Competências e atribuições do bibliotecário na área jurídico.....	38
Quadro 7	Variáveis e suas definições.....	51
Quadro 8	Bibliotecas dos tribunais da capital sergipana.....	52

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AALL	American Association of Law Libraries
APBDSE	Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BDJUR	Biblioteca Digital Jurídica
CAJU	Centro de Atendimento ao Juiz Federal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupação
CESPE-UNB	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – Universidade de Brasília
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CONSULPLAN	Empresa de Planejamento e Consultoria LTDA
CRB - 5	Conselho Regional de Biblioteconomia da 5ª Região
FCC	Fundação Carlos Chagas
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
LTr	Revista Legislação do Trabalho
RF	Revista Forense
REJE	Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral
RJ	Revista Jurídica
RVBI – CN	Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional
RT	Revista dos Tribunais
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SIABI	Sistema de Automação de Bibliotecas
SICON	Sistema de Informação do Congresso Nacional
TCE	Tribunal de Contas do Estado de Sergipe
TJ	Tribunal de Justiça de Sergipe
TRE	Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
TRF-5	Tribunal Regional Federal da 5ª Região de Sergipe
TRT-20	Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região de Sergipe
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNIT	Universidade Tiradentes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	Perfil do profissional bibliotecário.....	17
2.1.1	Perfil do profissional bibliotecário jurídico.....	20
2.2	Atuação do profissional bibliotecário.....	22
2.2.1	Atuação do profissional bibliotecário jurídico.....	28
2.2.2	Atuação do bibliotecário no mercado de trabalho sergipano.....	30
2.2.3	Atuação do bibliotecário jurídico no mercado de trabalho sergipano....	33
2.3	Competências do profissional bibliotecário.....	34
2.3.1	Competências do bibliotecário jurídico.....	37
2.3.1.1	<i>Informação jurídica.....</i>	<i>40</i>
2.4	Fontes de informação jurídica.....	41
2.4.1	Bibliotecas jurídicas.....	42
2.4.1.1	<i>Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.....</i>	<i>44</i>
2.4.1.2	<i>Biblioteca do Tribunal de Justiça de Sergipe.....</i>	<i>45</i>
2.4.1.3	<i>Biblioteca do Tribunal de Contas de Sergipe.....</i>	<i>46</i>
2.4.1.4	<i>Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região.....</i>	<i>46</i>
2.4.1.5	<i>Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.....</i>	<i>47</i>
3	METODOLOGIA.....	48
3.1	Delineamento da pesquisa.....	48
3.2	Questões de pesquisa.....	50
3.3	Definições das variáveis.....	50
3.4	Universo de pesquisa.....	51
3.5	Instrumentos de coletas de dados.....	53
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	54
4.1	Perfil do profissional bibliotecário.....	55
4.2	Atuação do bibliotecário jurídico.....	56
4.3	Competências do bibliotecário jurídico.....	57
4.4	Fontes de informação jurídicas.....	59

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
	REFERÊNCIAS.....	63
	APÊNDICE.....	69
	APENDICE A – Questionário.....	70

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de tratamento e suporte dos conteúdos informacionais produzidos crescentemente no mercado de trabalho demandam por significativa mão de obra e as instituições necessitam de profissionais com perfil inovador, capazes de desempenhar habilidades fundamentais ao exercício de funções importantes para tomada de decisões em diversas áreas e segmentos.

Frente às novas tecnologias que surgem a cada dia e, com isso, o aumento das exigências pelos usuários dessas inovações, depara-se com profissional que precisa atender às necessidades que requerem conhecimento e habilidade nos mais variados tipos de mecanismos digitais de busca da informação.

Neste contexto, eis um profissional que pode enquadrar-se perfeitamente no perfil de gestor da informação, o bibliotecário, que ao longo de sua vida acadêmica passa por diversos conteúdos disciplinares que têm como base teórica vários ensinamentos fundamentais ao devido gerenciamento, segurança e tratamento da informação, assim como, a transmissão interpessoal das informações nos mais variados ambientes trabalhistas.

A profissão de bibliotecário é uma das carreiras que mais tem sofrido com as transformações e inovações em diversos seguimentos de sua atuação no mercado trabalhista brasileiro, em principal, nos ambientes que aderiram a novas tecnologias e suportes para automação e difusão da informação e massa documental.

O exercício do profissional bibliotecário em sua grande maioria, está atrelado a diversos problemas que de fato impedem sua plena atuação no mercado de trabalho, desafios esses, que somados aos diversos que são recorrentes no cotidiano desses profissionais, precisam ser resolvidos desde já pela categoria e novas gerações que estão surgindo na área biblioteconômica do país.

Para os profissionais da informação, bibliotecários, inseridos no mercado de trabalho sergipano, a situação não é diferente, sofrem com diversas transformações e em especial com o desconhecimento profissional, falta de especialização para os formados e, acima de tudo, o exercício profissional não ser cumprido no estado perante a Lei Federal nº 4.084/62.

No Brasil, diariamente ocorre uma grande produção documental na área jurídica, que por meio dos três poderes “Legislativo, Executivo e Judiciário”, que elaboram e editam um gigantesco volume de informações jurídicas. Obtendo uma

maior proliferação, com o surgimento da internet, o que contribuiu para órgãos produtores de informação jurídica, disponibilizá-la mais rapidamente por meio de sites próprios, que expõem diversos conteúdos informacionais da área em meio digital, “como é o caso dos Tribunais, Ministério Público, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, entre outros” (SILVA, 2005, p. 23), sendo possível o acesso de qualquer cidadão aos conteúdos jurídicos disponibilizados.

A necessidade de especialização dos bibliotecários tem início, segundo Baptista *et al* (2008) com o surgimento das bibliotecas especializadas e a elaboração de bibliografias também especializadas. O recém-formado enfrenta muitas dificuldades, pois é uma área complexa para quem não tem familiaridade com a linguagem, tipos de documentos e outras particularidades jurídicas.

Para o bibliotecário que pretende seguir carreira jurídica em Sergipe, o trabalho em alguns dos tribunais localizados no estado são destinos almejados, não somente pelo salário diferenciado, bem como, pela oportunidade de desempenhar atividades em instituições que consomem e produzem informação jurídica e, de fato são órgãos que possibilitam ao profissional o desenvolvimento de técnicas relevantes.

Na área jurídica as circunstâncias e situações adversas não são diferentes, há contrastes que também são comuns e presentes no estado, como o desconhecimento e também a inexistência de cursos de especialização e aperfeiçoamento na área, apontados como um dos principais problemas e que comumente são enfrentados pela categoria de profissionais bibliotecários presentes em órgãos que trabalham com informações jurídicas, como os tribunais sergipanos.

Diante do gigantesco crescimento exponencial da massa documental e do volume de informações e fontes jurídicas que são produzidas, e aliados à constante atualização, acabam sendo fatores que contribuem bastante para o desenvolvimento e atuação do profissional bibliotecário no ambiente jurídico, exigindo mais e mais de seu notório conhecimento e habilidade na área.

Conforme Passos e Barros (2009), as constantes atualizações na legislação tornam as informações jurídicas normativas um grande caos, dificultando o trabalho de advogados, pesquisadores e a vida do próprio cidadão, levando a lentidão da justiça como sendo um problema recorrente no cotidiano.

Os tribunais presentes no município de Aracaju, capital sergipana, apresentam em suas estruturas bibliotecas especializadas voltadas para o âmbito jurídico de cada segmento, ambientes que apresentam importantes valores para a

expansão do conhecimento e aprimoramento do saber dos usuários.

No entanto, para manter seu devido funcionamento essas bibliotecas necessitam, acima de tudo, de profissionais bibliotecários capazes e competentes para atuarem em funções voltadas principalmente à mediação entre a informação e o usuário, bem como à gestão e a segurança das documentações jurisdicionais.

Diante do exposto, questiona-se: **Qual o perfil dos profissionais bibliotecários dos tribunais da capital sergipana?** Assim, a pesquisa objetivou analisar o perfil do profissional bibliotecário dos tribunais da capital sergipana. Mais detalhadamente como objetivo específico levantar o perfil do profissional bibliotecário, verificar a atuação do bibliotecário jurídico, identificar as competências do bibliotecário jurídico e identificar as fontes de informações jurídicas utilizadas por esses profissionais nas unidades informacionais.

A área jurídica necessita tanto de tratamento das informações, quanto de profissionais capacitados para promover, relacionar e tornar disponíveis as informações necessárias para o aprimoramento de suas atividades, bem como, abrigam conteúdos que são de suma importância para o progresso da sociedade.

O bibliotecário faz a mediação entre a linguagem técnica - específica -, do público em geral – natural - e a linguagem utilizada para representar, controlar e recuperar o conteúdo dos documentos – documentária (SILVA, 2010). Sendo notória a importância do profissional bibliotecário com perfil especializado que venha a contribuir com a gestão e mediação entre as informações e os usuários de maneira eficiente e segura diante da importância e responsabilidades que os representa.

Esta pesquisa teve princípio a partir da necessidade de estudo voltado para auxiliar o conhecimento e entendimento sobre o perfil e atuação do profissional bibliotecário que desempenha suas funções na área jurídica e está presente nas bibliotecas dos tribunais da capital de sergipana, menciona sua competência e exercício nos ambientes informacionais jurídicos da capital, cujo conhecimento de sua prática trabalhista é quase inexistente na sociedade local.

Diante disso, esse trabalho se justifica pelo interesse particular de obter maior conhecimento e compreensão perante o exercício biblioteconômico desenvolvido na área jurídica e nos tribunais de Aracaju.

O presente trabalho estrutura-se da seguinte forma: Este, que é o primeiro capítulo, o introdutório a pesquisa.

O segundo capítulo aborda todo embasamento teórico do estudo que

engloba o perfil do profissional bibliotecário, a atuação do bibliotecário jurídico, competências do bibliotecário jurídico e as principais fontes de informações utilizadas por estes profissionais.

O terceiro capítulo refere-se à metodologia de pesquisa, evidenciado pelo delineamento da pesquisa, questões de pesquisa, definições das variáveis, universo de pesquisa e pelo instrumento para coleta de dados.

No quarto capítulo aborda a análise e interpretação dos dados referente ao perfil do profissional bibliotecário, atuação do bibliotecário jurídico, competências do bibliotecário jurídico e fontes de informações.

Por fim, o quinto capítulo que está destinado às considerações finais do estudo. Esse trabalho também está completado por apêndice que se faz necessário para melhor entendimento diante do instrumento de coleta de dados.

Espera-se que este estudo contribua e sirva como eventual fonte de consulta para futuras pesquisas que embasem a temática abordada, bem como, possa ajudar aqueles que ainda desconhecem o perfil e atuação de um profissional bibliotecário especializado na área jurídica e que desenvolve suas atividades nos tribunais presentes no município de Aracaju, capital do estado de Sergipe.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar teoricamente este estudo, elaborou-se pesquisa bibliográfica entre os principais autores especializados na temática em questão e que têm nos próximos subseções a intenção de obter uma melhor compreensão diante do tema em pauta, tais como: o perfil do profissional bibliotecário; o perfil do bibliotecário jurídico; atuação do profissional bibliotecário; atuação do bibliotecário jurídico; competências do profissional bibliotecário; competências do bibliotecário e por fim, busca identificar as principais fontes de informações jurídicas utilizadas pelos bibliotecários jurídicos.

2.1 Perfil do profissional bibliotecário

Em um cenário com diversas inovações tecnológicas, transformações sociais, conflitos de ideias e imagens profissionais. Afirma Silva (2005), que há exigência pelo progresso e ações que tenham por intuito a facilidade de acesso a esses novos conteúdos, são condições que podem ser favoráveis e viáveis ao perfil, conhecimento e habilidade dos profissionais bibliotecários.

De acordo com Paiva e Photer (2011), o profissional bibliotecário é aquele responsável pelo tratamento e disseminação da informação, seja ela em diferentes assuntos e em qualquer suporte. Os autores afirmam ainda que o profissional bibliotecário pode absorver diversas características diferentes nos locais de trabalho.

Segundo Silva (2005, p. 11), o perfil do profissional bibliotecário pode ser favorável para “mediação, difusão dos processos de comunicação, armazenamento e recuperação da informação, presente em qualquer formato sem interferência de fatores como a distância, tempo e volume informacional”, apresentados nos mais avançados recursos tecnológicos, que tendem a facilitar o exercício dos envolvidos.

De acordo com o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), resgata-se na história da criação das entidades brasileiras de Biblioteconomia o início do reconhecimento à profissão do bibliotecário:

Na década de 50, algumas bibliotecárias brasileiras [...], iniciaram os esforços para ver a biblioteconomia oficialmente reconhecida junto aos poderes públicos e junto à sociedade brasileira. A primeira vitória veio em 1958, com a portaria nº 162 do Ministério do Trabalho e Previdência Social, através da qual a profissão de bibliotecário foi regulamentada no Serviço Público Federal, tendo sido incluída no 19º Grupo de Profissionais Liberais. Em 1962

veio a coroação de todo esses esforços, com a aprovação da Lei 4.084, que regula, até hoje, o exercício da profissão de bibliotecário no Brasil e estabelece as prerrogativas dos portadores de diploma em biblioteconomia no país. (CONSELHO, 2003).

A Classificação Brasileira de Ocupação - CBO (2002), denomina os Profissionais da Informação no código 2612 (código internacional CIUO88, 2432) e incorpora a esses: Bibliotecários (2612-05), Documentalistas (2612-10) e Analistas de Informação (2612-15), como famílias afins, podendo ser melhor compreendido no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Profissional da informação segundo a CBO.

Categoria CBO	Títulos Ocupacionais	Outras denominações	Formação e experiência	Descrição sumária
(2612) Profissionais da Informação	(2612-05) Bibliotecário	Bibliógrafo	O exercício dessas ocupações requer bacharelado em Biblioteconomia e documentação. A formação é complementada com aprendizado tácito no local de trabalho e cursos de extensão.	• Disponibilizam informação em qualquer suporte;
		Biblioteconomista		
		Consultor da informação		• Gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação;
		Cientista da Informação		
		Especialista de informação		• Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais;
		Gerente de informação		
		Gestor de informação		• Disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso à geração do conhecimento;
	(2612-10) Documentalista	Analista de documentação		• Desenvolvem estudos e pesquisas;
		Especialista de documentação		• Realizam difusão cultural;
		Gerente de documentação		• Desenvolvem ações educativas;
		Supervisor de controle de processos documental		
		Técnico de documentação		
		Técnico de suporte em documentação		
	(2612-15) Analista de Informações	Pesquisador de informações de rede.		• Podem prestar serviços de assessoria e consultoria.

Fonte: Brasil (2002). Adaptação própria.

Ainda a Classificação Brasileira de Ocupação – CBO (BRASIL, 2002), descrever os Profissionais da Informação como aqueles que:

Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas [...] (BRASIL, 2002).

Para o exercício dessas ocupações, a CBO indica que se deve possuir bacharelado em Biblioteconomia e Documentação. A formação é complementada com aprendizado tácito no local de trabalho e cursos de extensão (BRASIL, 2002).

Um possível perfil do bibliotecário no atual cenário trabalhista, têm como princípios fundamentais: “interdisciplinaridade; trabalho em equipe; conhecimentos gerenciais; conhecimentos de novas tecnologias; conhecimento de técnicas melhores e mais eficazes de análise e recuperação da informação”, bem como, a busca pela educação continuada (ROSSI, 2012, p. 49).

O perfil demandado pelo mercado quanto ao bibliotecário, inclui flexibilidade, inovação, horizontalidade, criatividade, agilidade, compartilhamento de informação, aprendizagem, gestão do conhecimento, planejamento participativo, fortalecimento e estratégia competitiva (FARIA, 2015, p. 56).

Completa Walter (2008, p. 95), o perfil do profissional bibliotecário que é exigido pelo mercado, requer ainda, mais do que “conhecimentos técnicos, como também, conhecimentos e práticas gerenciais e administrativas, domínio das novas tecnologias e fluência em pelo menos mais de um idioma além do pátrio”, ter capacidade de aprendizagem e adaptação às mudanças inovadoras, para poder evoluir profissionalmente neste mercado exigente que se apresenta no país.

Para Faria (2015), as profissões necessitam acompanharas evoluções sociais e tecnológicas, o que:

Redunda em questionamento e reformulações nos cursos de graduação. Nesse sentido, as graduações de biblioteconomia não são diferentes e as discussões sobre o repensar da formação tem atravessado as gerações de bibliotecários, de forma a mantê-los competitivos para um mercado de trabalho em constante mutação (FARIA, 2015, p. 26).

Contudo, de acordo com Silva (2005), com as mudanças tecnológicas e o surgimento de novos campos de conhecimento, “estima-se um grande aumento da produção da informação, sendo a mesma produzida em diferentes meios e formatos, evidenciando a necessidade de mudança no perfil profissional do bibliotecário, pois a

informação é seu produto de trabalho e deve ser tratada de maneira apropriada para atender a diferentes tipos de usuários.

Diante das evidentes transformações e inovações tecnológicas, Silva (2005), afirma que o moderno profissional da informação precisa estar de fato bastante atualizado às novas relações que trazem estes ambientes, visto que, a rapidez e agilidade com que as informações são produzidas e o fluxo eminentemente diferenciado daqueles praticado anteriormente, ao acesso destes meios evolutivos de disseminação da informação, torna-se o mercado de trabalho mais desafiador aos profissionais que pretendem seguir carreira e algum segmento do atual mercado de trabalho para bibliotecários.

2.1.1 Perfil do profissional bibliotecário jurídico

Na atual sociedade, globalizada e altamente competitiva, para Silva (2005, p. 24), especializar-se em um tema significa ancorar-se num mar de possibilidades profissionais, estabelecendo-se como ponto de referência determinada área do conhecimento, tornando seu perfil mais competitivo para o mercado de trabalho.

A área jurídica nos últimos anos tem acompanhado a explosão tecnológica que segue o cotidiano da sociedade e junto com toda essa evolução veio à informação massiva produzida em larga escala e que resultou em diversas transformações nos ambientes e os modos de trabalho dos profissionais da informação envolvidos.

Com o surgimento das bibliotecas especializadas, e com a precisão do tratamento das informações contidas neste tipo de biblioteca, houve a necessidade de especialização de bibliotecários (LOUREIRO, 2005, p. 2). No entanto, vale ressaltar que no Brasil não há nenhum curso de especialização para bibliotecários em áreas específicas de conhecimento. Eles absorvem no trabalho diário as noções básicas do Direito e seu vocabulário próprio (BAPTISTA et al., 2008, p. 4).

Conforme Passos e Barros (2009, p. 45), os cursos de Biblioteconomia realizam no país uma formação genérica, habilitando os profissionais a trabalharem em várias frentes de trabalho, mas cada realidade exige conhecimento específicos e o profissional acaba se especializando de acordo com o exercício de sua função.

Os Bibliotecários que atuam no campo jurídico “precisam ter uma série de características para executarem suas tarefas da melhor forma e trazerem excelentes resultados no seu trabalho de pesquisa e auxílio aos usuários” (SILVA, 2005, p. 25).

Esses profissionais devem estar atentos ao mercado, saber utilizar as fontes tradicionais e as novas tecnologias, ser ágeis e inovadores.

De acordo com a American Association of Law Libraries (AALL¹) (2001), o bibliotecário jurídico deve economizar o tempo do usuário, evitar erros, extrair o significado correto da informação, promover valor e segurança as pesquisas que são direcionadas a sua unidade.

Para Podboy (2000), o bibliotecário jurídico pode ser caracterizado, como: onipresente, estar em todos os lugares ao mesmo tempo; inovador, olhar a tecnologia para o futuro; moderno, usar vários recursos e eliminar os desnecessários; camaleão, assumir os riscos e os erros.

Segundo Passos (2001, p. 4), o bibliotecário jurídico navega em dois “mundos em relação aos meios tradicionais e os eletrônicos e, para isso, é essencial obter uma formação instrumental especializada para que alcance um melhor desempenho ao lidar com diferentes fontes”, pois a habilidade desse profissional é saber decidir qual a melhor fonte a ser utilizada de acordo com cada pesquisa.

De acordo com Silva (2005, p. 23), “a área jurídica nos últimos anos tem acompanhado a explosão tecnológica dos recursos informacionais e junto com toda essa evolução veio à produção documental massiva e em larga escala”, resultando na transformação dos ambientes trabalho dos profissionais. Completa Passos e Barros (2009, p. 57), informando que a “soma de toda a produção informacional jurídica compõe a matéria prima para o exercício do bibliotecário jurídico”, cujo tem por intenção, facilitar o acesso de forma ágil e eficiente dos usuários aos mais variados recursos da área do Direito.

Todavia, para Saraiva (2009, p. 56), a partir do conhecimento que o bibliotecário especializado tem na área do Direito, “passa a obter perfil de mediador da história, cultura e identidade cívica, podendo-se creditar a este profissional, a responsabilidade de construir e defender o valor de democracia”, bem como, o papel de disseminador dentro do contexto judiciário.

Nos últimos anos a área jurídica tem absorvido um número bastante elevado de profissionais bibliotecários para funções de organização, controle,

¹ A American Association of Law Libraries (AALL), que em português traduz-se como **Associação Americana de Bibliotecas Jurídicas**, foi fundada em 1906, têm por finalidades promover e realçar a profissão do bibliotecário jurídico e seu valor para área do Direito, como também, editar normas e expandir os valores das bibliotecas jurídicas americanas, que são disseminados para o mundo. (SILVA, 2005, grifo nosso).

recuperação e disseminação da informação. Os bibliotecários jurídicos presentes no país aos poucos vêm ganhando seus espaços e reconhecimentos, por conta de seus perfis inovadores e técnicas transformadoras para os ambientes informacionais jurídicos. (PASSOS; BARROS, 2009).

2.2 Atuação do profissional bibliotecário

O mercado de trabalho do bibliotecário é amplamente diversificado e sua “atuação não se restringe simplesmente a bibliotecas e sim, a quaisquer outros tipos de ambientes que abriguem, guardem, tratem e disseminem conteúdos informacionais” (SILVA, 2005, p. 9), que possam ser fundamentais a seu exercício.

Para o pleno exercício de sua carreira, os profissionais da informação, (bibliotecários), estão aparados pela legislação vigente que dispõe em prol da atuação de suas atividades e regulamenta seu exercício, cuja Lei correspondente é a de nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e que é regulamentada pelo Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965.

A Lei 4.084, de 30 de junho de 1962, destacada nos Art. 6º e 7º, o perfil de suas atribuições que podem ser desenvolvidas nos mais variados tipos de ambientes trabalhistas:

Art. 6º - São atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes: a) o ensino de Biblioteconomia; b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação. c) administração e direção de bibliotecas; d) a organização e direção dos serviços de documentação. e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência.

Art. 7º - Os Bacharéis em Biblioteconomia terão preferência, quanto à parte relacionada à sua especialidade nos serviços concernentes a: a) demonstrações práticas e teóricas da técnica biblioteconômica em estabelecimentos federais, estaduais, ou municipais; b) padronização dos serviços técnicos de biblioteconomia; c) inspeção, sob o ponto de vista de incentivar e orientar os trabalhos de recenseamento, estatística e cadastro das bibliotecas; d) publicidade sobre material bibliográfico e atividades da biblioteca; e) planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviços de bibliotecas; f) organização de congresso, seminários, concursos e exposições nacionais ou estrangeiras, relativas à Biblioteconomia e Documentação ou representação oficial. (BRASIL, 1962, grifo nosso).

Os profissionais bibliotecários, conhecidos tradicionalmente pela habilidade em “gerenciar acervos bibliográficos e que contém os mais variados tipos de suportes

físicos ou digitais, tais como: livros, periódicos, recursos audiovisuais, recursos digitais, repositórios e mapas” (VALENTIM, 2000, p. 141), passaram a atuar em outros ambientes e em novos suportes inovadores no atual mercado de trabalho.

O Quadro 2, a seguir, visa demonstrar algumas áreas que são apontadas como possíveis para atuação do profissional bibliotecário. De forma clara e dinâmica, cada área é identificada no quadro, como também, suas respectivas definições em relação as atribuições, competências e atividades de caráter profissional, diante da área de especialização e estrutura informacional que as representam.

Quadro 2: Possíveis áreas de atuação do profissional bibliotecário.

Áreas	Definição
Consultoria	Desenvolver, implantar e disponibilizar projetos de acordo com a necessidade específica de cada cliente/empresa. Os serviços de consultoria são oferecidos por meio de diagnósticos e processos, e tem o propósito de levantar as necessidades, identificar soluções e recomendar possíveis ações.
Bibliotecas Escolares	Em geral atendem estudantes do ensino infantil, fundamental e médio. O profissional bibliotecário é imprescindível neste ambiente, pois oferece atendimento e orientação para as pesquisas escolares ligadas a realidade do sistema educacional.
Bibliotecas Públicas	Neste ambiente o profissional bibliotecário atende a comunidade onde a instituição se localiza, deve possuir diversos materiais em seu acervo para atender a demanda dos usuários, trabalhando sempre dentro exigências dos órgãos públicos.
Bibliotecas Digitais	Eliminam as barreiras físicas e estruturam suas informações em suporte eletrônico. Ela facilita a obtenção das informações, uma vez que a busca pelo material e o acesso ao mesmo é rapidamente acessada.
Instituições de Ensino	Como todos os lugares onde se transmite a informação, é necessário a presença do profissional bibliotecário, tendo em vista que um de seus papéis é disseminar a informação.
Universidades	Assim como em todo ambiente de ensino, as Universidades se enquadram nas áreas de atuação do bibliotecário por ser um dos maiores centros de disseminação de informação dos acadêmicos.
Provedores de Internet	Assim como em agências de publicidade e empresas de telecomunicações, o profissional de biblioteconomia tem o papel de levantar informações atualizadas para auxiliar os administradores a tomar a melhor decisão no concorrido mercado de internet, levando vantagem sobre concorrentes, com essas informações privilegiadas. Auxiliam também na análise de resultados obtidos pela empresa.

Indústrias	O bibliotecário trabalha como um auxiliar nas tomadas de decisões estratégicas com informações precisas para que os executivos tenham informações necessárias para tomada de decisões que os mantem em vantagem competitiva com outras empresas. As informações devem estar atualizadas para que elas sejam úteis quando forem requisitadas. Podem trabalhar também de forma a auxiliar na análise de resultados, selecionando as informações necessárias para tal análise.
Poder Executivo	A administração pública é demasiadamente trabalhosa e exige uma grande quantidade de informações disponíveis para a tomada de decisão ser mais coerentes e corretas possíveis. A documentação usada pela administração pública é formada por uma lista extensa de leis, documentos, contratos, etc. Quanto mais informações, documentos estiverem disponíveis para pesquisa mais ágil e eficiente será para o chefe do poder.
Laboratórios	O profissional de biblioteconomia atua em laboratórios de preservação e conservação, dando melhor aparência e melhores cuidados aos materiais que já não estão em estado de uso, podendo também fazer encadernações, criações de agendas e materiais artesanais.
Institutos de pesquisa	A área de pesquisa requer uma grande quantidade de informações, organizadas e atualizadas já que serve como referência em todos os estudos realizados. Os pesquisadores necessitam obter essas informações rapidamente a fim de facilitar seu trabalho. Como em uma biblioteca escolar, o bibliotecário trabalha de forma a manter todas as informações disponíveis, tanto fisicamente através de livros e artigos impressos como documentos digitais.
Editoras	A quantidade de artigos, informações para pesquisa é demasiadamente grande em uma editora. A informação tem que ser atualizada de forma muito mais rápida do que em outros seguimentos, para garantir que seus clientes estejam sempre bem informados. O profissional de biblioteconomia tem papel fundamental nesse processo, garantindo principalmente, acesso ao acervo histórico das publicações para que essas informações históricas sejam usadas como fonte de enriquecimento da matéria a ser publicada ou até mesmo em futuras edições comemorativas.
Seguradoras	Empresas seguradoras exigem de seus clientes uma quantidade elevada de documentos, necessários para preenchimento de cadastro e garantia de autenticidade. O profissional de biblioteconomia é responsável pelo arquivamento desses documentos a fim de garantir sua recuperação em caso de necessidade em vista de algum processo.
Empresas Esportivas	Nas empresas do ramo esportivo é necessário arquivar registros de atletas, exames médicos, aparelhagem usada e etc., além de ter um papel importante no processamento de informações de futuros clientes,

	entende-se como clientes, futuros atletas a serem contratados pela empresa.
Poder Judiciário	A quantidade de informação produzida periodicamente pelo Brasil é extremamente relevante. Leis, resoluções, emendas constitucionais, decretos, etc. Geram um enorme acúmulo de informações. Cabe então ao profissional, conhecimento de técnicas para organizar e gerenciar de maneira prática e eficaz esses documentos, facilitando sua utilização pelos profissionais da área jurídica.
Fundações	São instituições, sem um proprietário e na maioria das vezes sem fins lucrativos, que atendem nas mais diversas áreas da sociedade. O profissional de biblioteconomia tem um campo de atuação abrangente nessas fundações, que podem ser educacionais, científicas, religiosas. O seu trabalho principal é organizar a informação, facilitando sua recuperação.
Instituições financeiras	Os bancos e as agências bancárias geram uma extensa demanda de documentos além de uma grande quantidade de contratos periodicamente. Organiza-los de forma a facilitar a sua busca é de suma importância para essas instituições. O bibliotecário tem o papel de gerenciar de maneira eficaz essa grande quantidade de informações.
Conselhos	A atuação em conselhos se dá na documentação e arquivamento das fichas cadastrais de seus associados, sejam essas fichas, documentos físicos ou digitais. Cabe ao profissional ter conhecimento técnico para gerenciar essa informação de maneira a agilizar o processo de recuperação da mesma posteriormente. Um exemplo seria o CFB e CRB onde o profissional além das tarefas já exercidas, visa para a melhoria e divulgação da sua profissão.
Hospitais	O profissional bibliotecário atuante na área de saúde abrange uma parte da medicina conhecida como BEM (medicina baseada em evidências). Esse profissional atua a fim de garantir uma maior quantidade de informações para médicos garantirem um diagnóstico mais preciso a seus pacientes.
Empresas de Telecomunicação	A atuação do bibliotecário no ramo de telecomunicações é de fornecer informações atualizadas e organizadas afim de auxiliar os administradores a tomarem a melhor solução e alternativa tendo em vista o concorrido mercado em que essas empresas atuam. Além de conhecimento de técnicas específicas do curso de biblioteconomia, é necessário a esse profissional um conhecimento do ramo de atuação da empresa.

Fonte: Silva (2005). Adaptação própria.

No Quadro 2, acima, é notável que o mercado de trabalho do bibliotecário é amplo, um possível motivo, aponta Silva (2005), é fato de que na atualidade sua atuação não está restrita somente a bibliotecas, mas a qualquer ambiente onde a

informação é entendida como essencial para o desenvolvimento das mais variadas atividades e também para fornecer melhores serviços aos seus usuários, ganhando assim, destaque no mercado de trabalho.

Para Silva (2005), o profissional bibliotecário do século XXI, apresenta-se, como peça fundamental para o desenvolvimento do mercado de trabalho que se configura a cada dia em torno das inovações tecnológicas e da construção de recursos que tendem a facilitar o acesso da sociedade às informações, favorecendo o acesso dos bibliotecários em grandes instituições públicas e privadas.

Em alguns concursos lançados no ano de 2016, é possível notar a crescente demanda no mercado por profissionais bibliotecários, podendo ser observado no Quadro 3, a seguir, que apresenta levantamento de alguns concursos realizados em diversos estados brasileiros para a área biblioteconômica, como também, expõe seus respectivos valores iniciais de remuneração nas respectivas instituições e órgãos.

Quadro 3 – Concursos para bibliotecário no ano de 2016.

Local de atuação	Remuneração
Prefeitura de Osasco – (SP)	R\$ 4.565,75
Universidade Federal do Ceará – (UFC)	R\$ 4.124,54
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato G. do Sul – (IFMS)	R\$ 4.124,54
Secretaria de Saúde – (PR)	R\$ 3.892,60
Prefeitura de Chapecó – (SC)	R\$ 3.674,08
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – (IFAL)	R\$ 3.666,54
Universidade Federal de Roraima – (UFRR)	R\$ 3.666,54
Fundação Universidade do Amazonas – (UFAM)	R\$ 3.666,54
Universidade Federal do Pampa – (UNIPAMPA)	R\$ 3.666,54
Universidade Federal de Campina Grande – (UFCG)	R\$ 3.666,54
Prefeitura de Guaxupé – (MG)	R\$ 2.481,46
Prefeitura de Niterói – (RJ)	R\$ 2.398,54
Prefeitura de Araras – (SP)	R\$ 2.425,93
Prefeitura de Tianguá – (CE)	R\$ 2.180,00
Prefeitura de Sapiranga – (RS)	R\$ 1.800,08
Prefeitura de Alumínio – (SP)	R\$ 1.757,10
Média da remuneração inicial	R\$ 2.347,56

Fonte: Biblio Concursos (2016). Adaptação própria.

Com base no Quadro 3, é possível observar que o profissional bibliotecário no ano de 2016, obteve uma média salarial de R\$ 2.347,56, com base em levantamento realizado diante de alguns concursos que foram realizados no ano.

De acordo com Silva (2005), os bibliotecários que estão adentrando no atual mercado de trabalho, precisam ser capazes de fazer as mudanças acontecerem e tornar-se indispensável através da disseminação informacional em todos os níveis e em todos os locais de atuação, tornando os ambientes dinâmicos e evolutivos.

Entretanto, os profissionais da informação ainda enfrentam muitas situações adversas que são recorrentes em diversos setores do seu mercado, como é o caso do descumprimento da Lei 4.084/62, em diversos estados brasileiros, equipamentos bastante defasados e muitos sem funcionamento em diversas instituições no país e o desconhecimento social perante seu exercício.

Para Santos (2012, p. 69), juntamente com as dificuldades estruturais, o bibliotecário também enfrenta problemas para atuar numa sociedade que apresenta principalmente um público diversificado quanto à faixa etária, as tradições culturais, gênero, crenças religiosas e necessidades informacionais.

Em 2010 foi promulgada a Lei nº 12.244 (BRASIL, 2010), que trata da universalização das bibliotecas escolares no Brasil. Com base neste princípio, qualquer escola que seja pública ou privada, deve possuir, obrigatoriamente, uma biblioteca com bibliotecário, para atender o número de alunos matriculados na instituição de ensino.

Segundo Guimarães et al. (2016), embora haja muitas dúvidas sobre a execução da Lei nº 12.244/10 no país, que se apresenta como necessária para o desenvolvimento biblioteconômico nas instituições de ensino. Criou-se novas perspectivas no sentido de ampliar atuação no mercado de trabalho do profissional bibliotecário, mas exigindo dele, capacitação adequada para atender às demandas advindas do contexto atual e novos recursos informacionais que possam ser fundamentais nas unidades de ensino do país.

Completa Silva (2005, p. 10), que diante das evidentes transformações e novidades tecnológicas, o moderno profissional da informação precisa estar bastante atualizado e atentos às novas tendências que surgem nos ambientes, como também, na rapidez e agilidade com que as informações são produzidas e o fluxo eminentemente diferenciado”, torna a atuação do bibliotecário no atual mercado de trabalho bastante desafiadora e exigente.

2.2.1 Atuação do profissional bibliotecário jurídico

No Brasil há uma abundante produção informacional jurídica, que segundo Silva (2005, p. 23), é proveniente dos três poderes: “Legislativo, Executivo e Judiciário, que juntos contribuem para o desenvolvimento” das: leis, resoluções, instruções, emendas constitucionais, medidas provisórias, decretos, jurisprudências, etc.

O bibliotecário jurídico atua em um nicho de mercado muito específico, aplicando teorias e técnicas da Biblioteconomia ao trabalho de selecionar, adquirir, prover e disseminar informações jurídicas (PASSOS; WALTER, 2014).

Segundo Passos e Barros (2009, p.106), há uma série de habilidades que o bibliotecário jurídico precisa desenvolver para atuar com segurança nesta área, pois há uma gama de informação judiciais para serem organizadas e recuperadas. Outra revelação é que esse profissional, afirma Silva (2005, p. 24), terá que trabalhar adequadamente com atos normativos de hierarquia superior e inferior, passando pela jurisprudência e a doutrina, além de conhecer a legislação estrangeira, pois muitas vezes esta é utilizada para indicar soluções a leis brasileira.

O bibliotecário jurídico “é o profissional que facilita o acesso a informação jurídica de forma ágil e eficiente” (PASSOS, 2001, p.1), podendo atuar em diversos locais como: bibliotecas universitárias, bibliotecas de tribunais, fóruns, escritórios de advocacia, de órgãos governamentais e não governamentais.

Os bibliotecários que atuam em bibliotecas especializadas têm como “funções básicas suprir as necessidades informacionais de um público específico, fornecer informação rápida e especializada, selecionar as informações relevantes e disseminar, disponibilizar bases de dados especializadas e instruir os usuários” (MIRANDA, 2007, p. 88), no manuseio das mesmas, realizar a seleção das informações e repassar para os envolvidos.

Segundo Silva (2005, p. 25), os bibliotecários jurídicos podem trabalhar em diversos tipos de unidades informacionais, entre os locais, estão as bibliotecas de escritórios de advocacia, bibliotecas jurídicas universitárias e bibliotecas de órgãos governamentais, cujos têm como usuários comuns os juristas, legisladores, servidores internos, professores e alunos do curso de direito.

Conforme Passos e Walter (2014), o campo de atuação do bibliotecário jurídico está aberto à grandes inovações, tendo em vista o constante crescimento, a grande diversidade das fontes de informação e a proliferação dos meios de suportes

para informação, diversificando assim seus conhecimentos e suas tendências no mercado de trabalho.

O bibliotecário jurídico se expõe a rotinas e práticas que objetivam assegurar a direção, coordenação e realização das operações de tratamento e difusão da informação jurídica na unidade onde atua. Para Campos, Silva e Pinto (2015), entre essas operações está à reunião, análise e indexação da doutrina, da legislação e de todos os documentos oficiais e atos normativos ou administrativos.

Muitos dos concursos que ocorreram nos últimos anos para o cargo de biblioteconomia na área jurídica mostram o diferencial na valorização de carreira desses profissionais que vem se tornando peça fundamental no tocante da gestão informacional jurídica, e por meio de suas técnicas tendem a possibilitar segurança necessária aos colaboradores envolvidos nos ambientes.

O Quadro 4, a seguir, apresenta levantamento de concursos realizados entre os anos 2010 e 2016, local de atuação e respectivos salários para profissionais bibliotecários diante do cargo de analista judiciário, cargo esse, referente a todos os concursos citados na pesquisa.

Quadro 4 – Concursos para bibliotecários na área jurídica.

Local de atuação	Remuneração
(TCDF) – 2014	R\$ 12.401,38
(TRF - 3ª REGIÃO) – 2016	R\$ 8.863,84
(TJ-DF) – 2015	R\$ 8.863,84
(TRF - 4ª REGIÃO) – 2010	R\$ 6.551,52
(STJ) – 2012	R\$ 6.611,39
(TJ-RJ) – 2012	R\$ 6.611,39
(TSE) – 2012	R\$ 6.611,39
(TRF - 2ª REGIÃO) – 2011	R\$ 6.551,52
(STM) – 2010	R\$ 6.611,39
Média da remuneração inicial	R\$ 7.741,96

Fonte: CESPE/UnB (2016); CONSULPLAN (2016); FCC (2016). Adaptação própria.

Conforme Quadro 4, a categoria atuante nos tribunais citados na pesquisa apresentam juntas uma média salarial inicial de R\$ 7.741,96, valor equivalente ao período base de 2010 e 2016, mencionado no levantamento, média essa que representa ganhos superiores aos praticados em outras instituições não voltadas para área jurídicas, a exemplo no Quadro 3, que aponta levantamento dos editais de

concursos públicos realizados no ano de 2016, em instituições da esfera federal, estadual e municipal, cuja média de remuneração inicial gira em torno de R\$ 2.347,56 entre os órgãos descritos.

Quanto ao aspecto financeiro, no entendimento de Silva (2005, p. 24), “a atuação como bibliotecário jurídico demonstra ser uma das áreas mais rentáveis para esse profissional”, como pode ser verificado a diferença salarial em análise os Quadros 3 e 4, no contexto anterior.

Para Silveira (2008, p. 87), “o bibliotecário deverá assumir um papel de comprometimento com a atualização que lhe é necessária, priorizando o planejamento, gerência e processamento de sistemas de informação”, além da concepção e uso das recentes tecnologias da informação e comunicação.

Segundo Passos e Walter (2014), para que o profissional bibliotecário da área jurídica possa ter destaque inovador e definitivamente demonstrar as organizações sua real influência e habilidades, fundamentais para diversas funções ligadas a gestão da informação jurídica, torna-se, sua atuação transformadora, peça chave para o progresso dos ambientes e modificações do fluxo informacional seguro, agregados as tecnologias que geram praticidade a suas atividades trabalhistas.

2.2.2 Atuação do bibliotecário no mercado de trabalho sergipano

Com a implantação do curso de biblioteconomia no ano de 2009 na Universidade Federal de Sergipe (UFS), boas perspectivas foram lançadas ao futuro do profissional para região, visto que, antes, a única instituição que disponibilizava o curso no estado era a Universidade Tiradentes (UNIT), e que teve sua primeira turma iniciada no ano de 1989, formando os primeiros profissionais bibliotecários atuantes no mercado de trabalho sergipano. Mas, em 1994, teve seu encerramento (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2011).

Na atualidade os profissionais graduados no curso de Biblioteconomia em Sergipe, sofrem diversas dificuldades por conta, principalmente, do não cumprimento de seu exercício profissional no estado. Não sendo cumprida o que preconiza a Lei 4.084/62, que estabelece os profissionais bibliotecários nos órgãos públicos e privados que são fundamentais aos seus exercícios (BRASIL, 1962).

Todavia, torna-se evidente que, a partir do início e evolução do curso de Biblioteconomia na UFS, a história do curso no estado se redesenha capítulos

promissores aos futuros profissionais.

Diante do exercício profissional e da demanda que a categoria precisa ampliar no mercado de trabalho sergipano, os profissionais da área se deparam com constantes exemplos de exercícios indevidos da profissão biblioteconômica no estado, principalmente nas unidades informacionais instaladas em suas instituições de ensino públicas, as quais, o exercício biblioteconômico vem sendo de fato inexistente e indevidamente exercido.

Todavia, pode-se afirmar que muito se mudou se for levado em consideração anos anteriores no estado sergipano, a abertura e conscientização dos gestores está cada vez mais expandindo e diversificando as vagas para os bibliotecários no mercado local.

Os constantes concursos públicos que ano após ano estão sendo ofertados mostram este novo horizonte promissor, que gira em torno do mercado de trabalho para o profissional bibliotecário no Brasil (SILVA, 2005).

Em Sergipe, a grande maioria dos profissionais bibliotecários presentes no mercado de trabalho está principalmente inseridos nos tribunais e instituições de ensino superior, a exemplo da UFS, que emprega em sua Biblioteca Central, um quadro de dezessete bibliotecários (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2016).

Para Silva e Silva (2013, p.162), “esse foco de estudo do mercado de trabalho as Instituições de Ensino Superior (IES) podem identificar as áreas que se devem priorizar quando da oferta do ensino de Biblioteconomia”. Verificando a necessária entre a relação e formação da mão de obra especializada e as demandas do mercado de trabalho para assim, não formar profissionais que estejam em desacordo com as principais necessidades da sociedade informacional.

Um dos principais problemas que afrontam o exercício do profissional bibliotecário no estado, é sem sombra de dúvidas, o não cumprimento da Lei 4.084/62, visto que, suas unidades de ensino públicas são umas das mais afetadas e onde os problemas são mais acentuados, bem como, suas estruturas físicas, as quais, em sua grande maioria, são de fato extensamente precárias e precisam o mais breve possível de soluções cabíveis para essas situações que impossibilitam o desenvolvimento de políticas fundamentais ao ensino complementar dos estudantes.

No atual cenário o profissional bibliotecário inserido no mercado de trabalho sergipano, ainda está longe de alcançar sua real valorização e reconhecimento perante a visão da sociedade.

A Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe (APBDSE), juntamente com o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e com Conselho Regional de Biblioteconomia 5ª Região (CRB-5), têm se empenhado diante de diversos problemas que são recorrentes para categoria biblioteconômica sergipana. Diversas assembleias e reuniões são realizadas com órgãos competentes para que de fato se tenha o profissional bibliotecário exercendo suas funções nos diversos municípios sergipanos.

De acordo com Silva (2005), as associações profissionais de bibliotecários são formadas por grupos que buscam alternativas para defender e promover a profissão.

Além dos propósitos específicos ideológicos, através das associações também é possível reunir profissionais para troca de experiências, ideias e para trabalhos e comissões ou em grupos de discussão de assuntos específicos, como os serviços técnicos ligados à biblioteconomia e o mercado de trabalho. A atuação das associações é de fundamental importância para a valorização dos bibliotecários, incentivando o crescimento e a valorização da ética profissional (SILVA, 2005, p. 212).

Com relação aos conselhos, segundo Walter (2008, p. 105), é igualmente relevante a atribuição de fiscalização do trabalho e emprego, embora se deva reconhecer que:

Esses órgãos não atuam igualmente na observância do exercício profissional de qualidade, o que poderia se um espaço ocupado pelas associações e pelos sindicatos. Finalmente são essas organizações representativas da classe bibliotecária que realizam ações mais articulada e mais evidente de divulgação de informação sobre a profissão e sobre os profissionais e que, eu suma, atuam nas questões relacionadas ao marketing da profissão.

No entanto, os poucos profissionais presentes no estado não podem em hipótese alguma, baixar a cabeça e esperar o passar do tempo para se alcançar a real consolidação diante de seus exercícios e valorização profissional, principalmente, diante do cumprimento da Lei 4.084/62, para que possam garantir condições fundamentais de manter e expandir seus níveis trabalhistas.

Contudo, em Sergipe, há imensa necessidade de se erguer uma cadeia profissional digna, e para que essa cadeia expanda um futuro fértil, torna-se fundamental a luta de toda a categoria, em primeiro lugar, para o cumprimento o que está estabelecido na legislação e em seguida, o desenvolvimento de projetos que tenham por intuito levar os usuários ao gosto pelo ambiente da biblioteca e o conhecimento de toda a sociedade perante o exercício e importância dos profissionais da informação, bibliotecário.

2.2.3 Atuação do bibliotecário jurídico no mercado de trabalho sergipano

O profissional Bibliotecário especializado na área jurídica no mercado de trabalho sergipano não é diferente das demais funções que possibilitam aos graduados da área Biblioteconômica, há um leque de opções bastante extenso para aqueles que pretendem seguir carreira jurídica.

Em Sergipe o principal mercado de trabalho para os profissionais bibliotecários na área jurídica, são os tribunais instalados na capital, como o TJ-SE, TCE-SE, TRE-SE, TRT20^a-SE e o TRF5^a-SE, ambos possuem bibliotecas e apresentam em seu quadro de colaboradores bibliotecários graduados, bem como, alguns que possuem dupla formação, Biblioteconomia e Direito.

Os profissionais com dupla formação, Biblioteconomia e Direito, na área jurídica, tornam-se aptos e agregam conhecimentos fundamentais para atender qualificadamente e eficazmente os usuários e suas necessidades informacionais na unidade, como também, desenvolvem atividades específicas e inerentes aos assuntos de âmbito jurídico e que são importantes para a disseminação de conteúdos essenciais a fundamentação das consultas e pesquisas dos seus usuários no cotidiano trabalhista de cada instituição (PASSOS, 2001, *on-line*).

No estado, não só os tribunais que possuem bibliotecários especializadas em informação jurídica ou que trabalham com conteúdos afins, há também unidade informacional, biblioteca, no Ministério Público do Estado de Sergipe, na Procuradoria do Estado, como também, na Assembleia Legislativa de Sergipe, que na unidade atua com teor informacional da área.

Segundo Silva (2005, p. 45), a importância e necessidade de funções ligadas ao “tratamento da informação, disseminação e produção estão atreladas aos bibliotecários detentores de técnicas e habilidades que são referências ao desenvolvimento desses exercícios”. Os tribunais da capital sergipana, que apresentam estes profissionais, esperam deles competência e atuação precisa em suas condutas trabalhistas.

Os profissionais que estão presentes nos tribunais da capital sergipana, mais precisamente em suas bibliotecas institucionais, são responsáveis por mediar usuários, em sua grande maioria, experientes, já sabem o que querem e os materiais que necessitam em suas pesquisas (SILVA, 2005).

Com base neste contexto, é notório o valor que os profissionais

bibliotecários jurídicos podem representar para os tribunais da capital sergipana e toda área de natureza afim do estado, possibilitando por meio de suas habilidades e competências, que são adquiridas com a prática e exercício na área jurídica, a disseminação necessária dos conteúdos para os usuários das unidades informacionais (BAPTISTA et al., 2008).

2.3 Competências do profissional bibliotecário

Os profissionais da informação, bibliotecários, na atualidade, “deparam-se com o rápido crescimento exponencial do mercado de trabalho e de espontâneas inovações tecnológicas em seus ambientes de trabalho” (SILVA, 2005, p. 10-11), fatores que influenciam e tem contribuído para que os profissionais recorram a competências que possam contribuir com o aprimoramento de suas habilidades, conhecimentos e atitudes em diversos ambientes trabalhistas.

Segundo Miranda (2007, p. 108), competência é um conjunto de recursos e capacidades colocados em ação nas situações práticas do trabalho: saber (conhecimentos), saber-fazer (habilidades) e saber-ser/agir (atitudes). Já Fialho *et al* (2010, p. 95), mencionando que competência é a combinação de conhecimentos, habilidades e características pessoais que resultam em atitudes e ações que podem ser observados e analisados. Para Zarifian (2011), competência é a inteligência que se apoiam sobre os conhecimentos adquiridos e os transformam com força, quanto mais aumenta a complexidade das situações.

A origem do termo competência vem da palavra latina *competens* que significa “o que vem com”, “o que é adaptado” (MOURA *et al.*, 2009, p. 78).

De acordo com a CBO (2002, BRASIL, grifos nossos), conceitua competência em duas dimensões:

Nível de competência: é função da complexidade, amplitude e responsabilidade das atividades desenvolvidas no emprego ou outro tipo de relação de trabalho. **Domínio (ou especialização) da competência:** relaciona-se às características do contexto do trabalho como área de conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos, bens produzidos que identificarão o tipo de profissão ou ocupação.

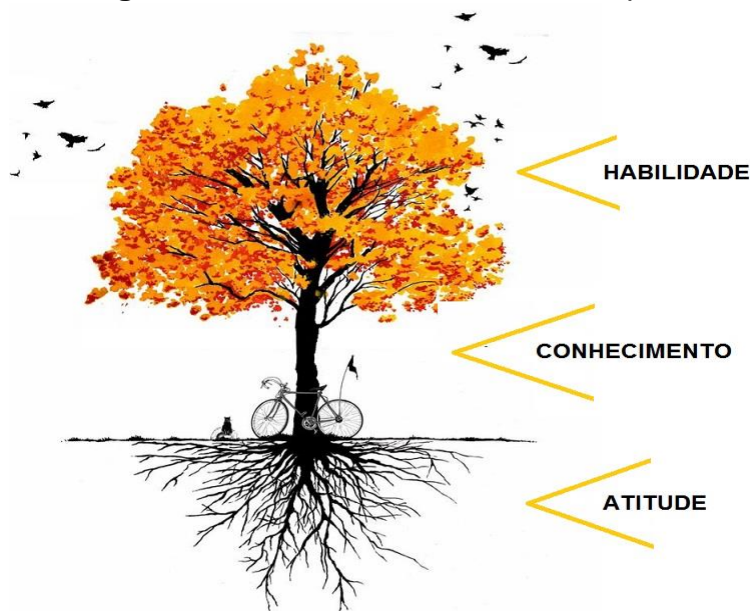
Ainda a Classificação Brasileira de Ocupação (BRASIL, 2002), elenca quatorze tipos de competências pessoais fundamentais ao exercício dos Profissionais da Informação, ocupação: 2612, como:

Manter-se atualizado; liderar equipes; Trabalhar em equipe e em rede; Demonstrar capacidade de análise e síntese; Demonstrar conhecimento de outros idiomas; Demonstrar capacidade de comunicação; Demonstrar capacidade de negociação; Agir com ética; Demonstrar senso de organização; Demonstrar capacidade empreendedora; Demonstrar raciocínio lógico; Demonstrar capacidade de concentração; Demonstrar pró-atividade; Demonstrar criatividade.

Já Faria (2015, p. 42) elenca seis tipos de competências necessárias para a atuação do bibliotecário em unidades de informação, que são: competências intelectuais, práticas, interativas, sociais, éticas e estéticas.

Para Gramigna (2002), a competência pode ser observada no dia a dia e no trabalho e também pode ser representada em três dimensões de indicadores, conforme demonstrado na Figura 1, a seguir:

Figura 1 - As três dimensões da competência.



Fonte: Gramigna (2002). Adaptação própria.

Neste sentido, Barbalho (2006, grifos do autor), contextualiza que: **(conhecimento)** é a dimensão do *saber*; **(habilidade)** está associada ao *saber-fazer*; e a **(atitude)** é a dimensão do *querer-saber-fazer*. Ainda a respeito dos elementos constituintes da competência postulados por Durand (2006), Figura 1, como adendo a Gramigna (2002; 2007), apresenta-se conforme Belluzzo e Feres (2006 *apud* SANTIAGO, 2012, p. 26-27) um seguinte contexto:

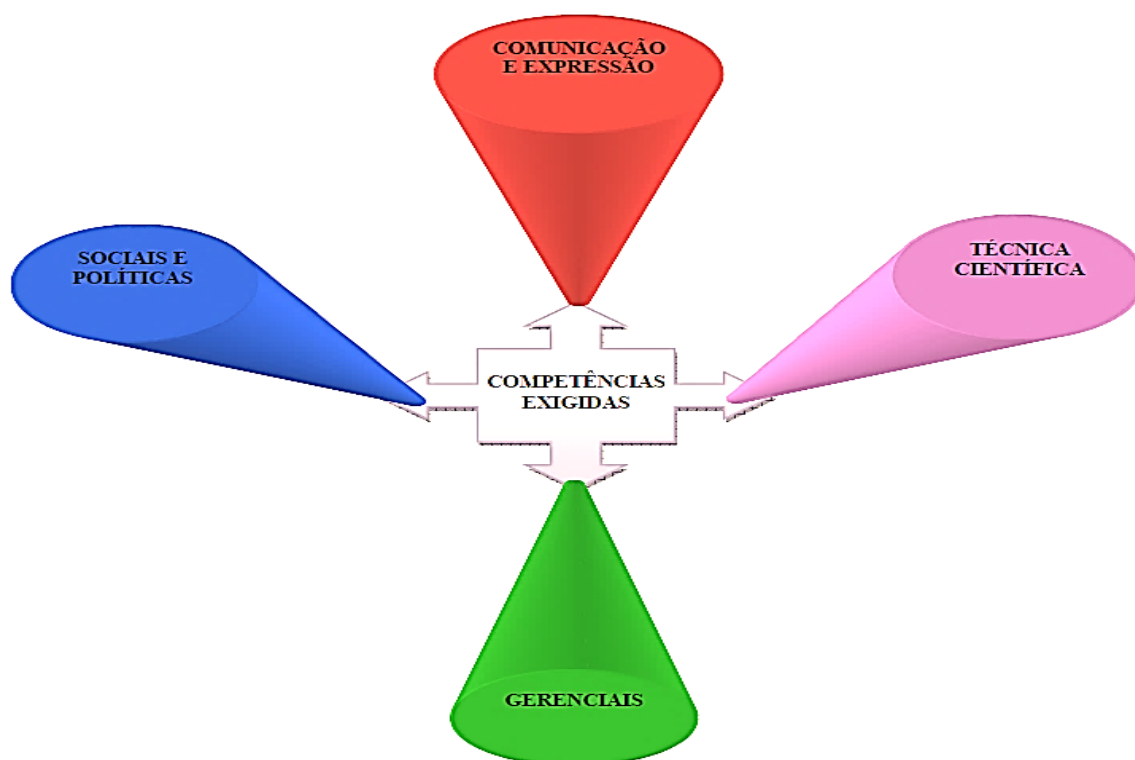
Conhecimento, compreendendo a uma série de informações assimiladas e estruturadas pelas pessoas, que lhes permite entender o mundo, ou seja, o saber acumulado ao longo da vida, derivado da informação que, por sua vez, deriva de um conjunto de dados que são séries de fatos ou eventos isolados; considere-se que a informação são dados que, percebidos pela pessoa, têm relevância e propósito e causam impacto em seu julgamento ou comportamento;

Habilidade, relacionada ao saber como fazer algo ou à capacidade de aplicar e fazer uso inteligente e produtivo do conhecimento adquirido, ou seja, de instaurar informações e utilizá-las em uma ação, com vistas a atingir um propósito específico; considere-se que as habilidades podem ser classificadas em intelectuais (abrangendo essencialmente processos mentais de organização e reorganização de informações) e como motoras ou manipulativas (pressupondo uma coordenação neuromuscular);

Atitude, como terceira dimensão da competência, diz respeito aos aspectos sociais e afetivos relacionados aos estados complexos do ser humano e que afetam o comportamento em relação a pessoas, coisas e eventos, determinando a escolha de um curso de ação.

Diante desse contexto Valentim (2002, p. 117), apresenta quatro categorias genéricas de competências que podem ser atribuídas aos profissionais da informação, como pode ser visto na Figura 2, a seguir:

Figura 2 – Competências necessárias ao bibliotecário.



Fonte: Faria (2015, 52). Adaptado de Valentim (2002, p. 117).

Segundo Farias (2015, p. 53, grifos do autor), as competências sociais e políticas são atitudes, relativas à determinação e ao **querer fazer**, enquanto que as de comunicação e expressão, gerenciais e técnicas [...], todas demandam por conhecimento sobre o **fazer** de modo que viabilizam o **saber porque fazer**.

Conforme Silveira (2008), há mudança no paradigma de atuação do bibliotecário, pois, sua prática superou os limites físicos do acervo, expandindo para o ciclo informacional como um todo, o que exige deste profissional competências fundamentais para entender de maneira ampla, aos tipos e formas de informações,

como objeto de seu fazer profissional.

Daí, pode se afirmar que os profissionais da informação, bibliotecários, se deparam com grandes desafios em recursos inovadores na área informacional, o qual já está presente em vários órgãos públicos e privados, resultando assim, na busca, por parte destes profissionais, por competências inovadoras para a disseminação e gerenciamento preciso da informação nas instituições do país.

2.3.1 Competências do bibliotecário jurídico

Os profissionais que estão ligados ao ambiente informacional jurídico, estão frequentemente manejando documentações pertinentes à área, adquirindo assim *status* de competência essenciais e especializada desses conhecimentos, o que cria a possibilidade de lhe conferir vantagens para colaborar com os usuários no desenvolvimento de seus estudos (PASSOS; WALTER, 2014).

Para American Association of Law Libraries - AALL (2001), as competências são os conhecimentos, as aptidões e as características pessoais que ajudam a diferenciar o profissional altamente qualificado. Completa a AALL (2001), informa que essas competências podem ser adquiridas no ensino superior, por exemplo nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, pela educação continuada e pelas experiências pessoais de cada indivíduo.

Pautados na AALL (2001), os autores Passos e Barros (2009, p. 109), apresentam uma lista de atividades e suas respectivas competências que podem ser relativas aos bibliotecários jurídicos, as quais, são apresentadas detalhadamente no Quadro 5, a seguir:

Quadro 5 – Atividade e competências do bibliotecário jurídico.

Atividades	Competências
Pesquisas	Prover serviços especializados de pesquisa sobre assuntos jurídicos e não jurídicos; Prover leitura sistemática dos diários oficiais; Criar instrumentos de pesquisas jurídicas;
Produtor de Informações	Agregar conteúdo à variedade de recursos e sintetizar a informação para criar produtos personalizados para o cliente;
Avaliador	Avaliar a qualidade e custo/benefício das fontes de informação jurídica, sejam tradicionais ou impressas;

Socioculturais	Colaborar na definição e manutenção dos materiais de divulgação, sejam impressos ou eletrônicos, da instituição mantenedora; Promover e divulgar a produção interna do órgão onde trabalha;
Educativas	Ensinar aos usuários a metodologia de pesquisa jurídica; Providenciar treinamento sobre as fontes de informação jurídica; Monitorar as tendências das áreas jurídicas, selecionando e enviando aos usuários novos artigos pertinentes à sua área de atuação;
Tecnológicas	Auxiliar no desenvolvimento de bases de dados jurídicas ou sítios na internet; Manter atualizados os links sugeridos na página da instituição mantenedora;
Éticas	Favorecer o exercício da cidadania provendo serviços que facilitem o acesso à informação jurídica por parte daqueles que não são operadores do direito.

Fonte: Passos e Barros (2009). Adaptação própria.

As atividades que podem ser atribuídas aos profissionais bibliotecários, gestores de conteúdos voltados à área do Direito, são apresentadas no Quadro 5, acima, onde são expostas suas competências, as quais apresentam um leque de responsabilidades que podem ser agregadas ao exercício de suas funções.

De acordo com Passos e Walter (2014, p. 17), consolidando-se, o que preconiza a Lei nº 4.084, de 1962, são apresentados algumas competências e atribuições para o bibliotecário jurídico, apresentadas no Quadro 6, a seguir:

Quadro 6 – Competências e atribuições do bibliotecário na área jurídico.

Competências	Atribuições
Gerenciais	Gerenciamento de unidades de informação jurídica; Gerenciamento da qualidade e do conteúdo de fontes de informação jurídicas; Orientação de estagiários oriundos de cursos de Biblioteconomia;
Técnicas	Seleção, aquisição e registro patrimonial de recursos informacionais; Classificação de recursos informacionais jurídicos; Catalogação de recursos informacionais jurídicos; Indexação de recursos informacionais jurídicos;
Pesquisas	Elaboração de pesquisas temáticas na área jurídica; Elaboração de levantamento bibliográfico,

	jurisprudencial e/ou de leis; Acesso às bases de dados e outras fontes jurídicas em meios eletrônicos; Recuperação de informações jurídicas;
Produtor de Informações	Desenvolvimento de fontes de informação jurídica; Criar instrumentos de pesquisa bibliográficos, jurisprudenciais e/ou de leis; Elaboração de linguagens documentárias; Compilação de bibliografia; Compilação de sumários correntes; Elaboração de boletim bibliográfico;
Tecnológicas	Colaborar no desenvolvimento de bases de dados jurídicas; Manutenção de bases de dados jurídicas; Prestação de serviços de informação <i>on-line</i> ; Criar e manter atualizado um sítio na internet da unidade de informação.

Fonte: Passos e Walter (2014). Adaptação própria.

No Quadro 6, acima, apresenta algumas competências e suas respectivas atribuições que os autores Passos e Walter (2014), fazem de acordo com o que recomenda a Lei nº 4.084, de 1962, em seu Art. 6º, são atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia, “a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares [...]” (BRASIL, 1962).

Por outro lado, segundo Passos e Walter (2014, p. 20), a respectiva Lei nº 4.084, de 1962, tornou-se, também, “instrumento bastante importante para a consolidação da profissão biblioteconômica no país e estímulo necessário à criação e desenvolvimento do curso em instituições de ensino superior”, visto que, pretendem, por intuição, a formação de profissionais capacitados teoricamente e competentes suficiente para atuarem no mercado de trabalho, e assim ocuparem as vagas que lhes são relativas perante a própria lei.

Completa Passo e Barros (2009, p. 18), que para realização do seu trabalho, é importante que o bibliotecário conheça profundamente as fontes de informação, como: “base de dados, dicionários, coleções de leis ou de jurisprudências, bibliografias afins, mas, acima de tudo, tenha noção de Direito e conheça seu vocabulário”, contribuam para a evolução e inovação no ambiente, sendo, também, fundamental sua participação proativa e competente diante de todas e quaisquer necessidades dos usuários envolvidos em sua unidade de atuação.

2.3.1.1 Informação jurídica

A Informação disponibilizada diante de assuntos específicos na área do Direito, “deve ser conceituada e entendida como Informação Jurídica, cuja pode ser definida como os conteúdos textuais e não textuais que tratam de determinados assuntos, dentro dos diversos ramos do Direito” (OLIVEIRA, 2006, p. 6).

A informação jurídica é um tipo de conhecimento útil para a promoção da cidadania, que segundo Passos e Barros (2009, p. 92), “é apresentada como a ferramenta essencial de trabalho dos profissionais da área do Direito, bem como, dos bibliotecários envolvidos na área”. Através dela, os profissionais produzem conhecimentos nos quais baseiam suas análises e tomam decisões.

Segundo Oliveira (2006), a informação jurídica tem a função de nortear as decisões dos magistrados e demais serventuários, nos processos e atividades jurisdicionais, a fim de prestar serviços de informação com a maior especificidade e eficiência possível.

De acordo com Passos e Barros (2009, p. 94), a informação jurídica pode ser gerada, registrada e recuperada em três formas distintas:

Analítica (por meio da doutrina); normativa (pela legislação); e interpretativa (com o emprego da jurisprudência). Esses documentos possuem características específicas. [...] a informação analítica se refere a uma opinião fundamentada protegida pela lei de direitos autorais; a normativa pode ser produzida apenas pelo poder estatal e é pública; já a interpretativa tem a característica de ser pública e flexível, esclarece conceitos gerais sobre as normas legislativas.

Os mesmos autores Passos e Barros (2009, p. 95), citam, de forma geral, algumas características da informação jurídica que a torna diferenciada, tais como:

Grandes volumes de informação e rapidez da sua desatualização, face a um constante crescimento e criação de novas fontes (novas leis, novas áreas do direito, constante produção de doutrina); grande diversidade de fontes de informação; proliferação de suportes de informação (bases de dados, CD-ROM, WWW); interação com outras áreas do conhecimento; público-alvo exigente e diversificado (pluralidade de finalidades da informação pretendida); necessidade de grande rigor e precisão da sua conservação no documento jurídico, qualquer que seja o seu suporte; necessidade de grande rapidez e rigor na sua transmissão, de modo a assegurar a sua correta utilização e aplicação, de acordo com as últimas alterações ocorridas e a garantir a confiabilidade da mensagem transmitida.

Segundo Miranda, D'Amore e Pinto (2013, p. 97), a demanda da informação jurídica tem crescido exponencialmente, em decorrência da constante atualização da legislação, alterando todo o sistema do Direito.

Conforme ressaltam Passos e Barros (2009), as atualizações constantes da legislação, torna a informação jurídica normativa um grande caos informacional, dificultando o trabalho de advogados, pesquisadores e acima de tudo a vida do cidadão comum, levando à morosidade da justiça, situação tão adversa que nem mesmo um especialista da área consegue hoje conhecer todas as normas de seu campo de atuação. Fatores que impõe desafios expressivos para a gestão e difusão deste tipo de informação no atual mercado de trabalho.

A massa documental jurídica é produzida em diferentes suportes, cujos mesmos podem ser encontrados principalmente nos formatos *online* ou impressos, os quais tornam o exercício biblioteconômico favorável para a disseminação da informação mais eficiente e segura aos usuários da informação jurídica.

Diante desse grande volume da informação jurídica, cabe ao bibliotecário jurídico atenção, uma vez que a abundância de informações torna a recuperação da informação desejada mais difícil, como também, estar preparado para enfrentar as dificuldades referentes a documentação jurídica e diante dos novos recursos que tendem a facilitar as atividades trabalhistas na área. (PASSOS; BARROS, 2009).

2.4 Fontes de informação jurídica

As fontes de informação jurídica, são conceituadas por Silva (2010), como sendo o local onde o bibliotecário ou pesquisador adquire uma informação útil ao desenvolvimento de seu trabalho e que são indispensáveis para o bom desempenho de suas atividades.

Na área do Direito, pode-se afirmar que fonte de informação jurídica é o local onde o bibliotecário ou pesquisador adquire uma informação útil ao desenvolvimento de seu trabalho, indispensável que é para o bom desempenho de suas atividades cotidianas. São referências imprescindíveis à feitura de qualquer trabalho de investigação acadêmica, profissional ou científica (BARROS, 2007, p. 18).

Para Silva (2010, p. 46) as fontes de informação podem ser representadas por “pessoas, instituições, empresas, cartórios, obras de referência, serviços e sistemas de informações, bases de dados, sítios, etc., que podem estar fisicamente presentes ou não na biblioteca”. O usuário ou pesquisador podem encontrar essas fontes dispersas nos variados tipos e suportes de materiais.

Segundo Passos e Barros (2009), as fontes de informações jurídicas podem ser subdivididas em cinco categorias distintas, a saber:

1. Fontes primárias: Diário Oficial da União; Diários Oficiais dos estados; Diário da Justiça.

2. Fontes secundárias: livros jurídicos; cartilhas e apostilas; periódicos jurídicos: Revista Forense (RF); revista Jurídica (RJ); revista dos Tribunais (RT); periódicos eletrônicos; entre outros.

3. Sistemas e bases de dados: bases de dados de legislação federal de hierarquia superior; sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON); Legislação Federal do Brasil – mantida pela Presidência da República;

4. Bibliotecas: Biblioteca do Senado Federal; Biblioteca da Câmara dos Deputados; Biblioteca dos tribunais; Bibliotecas universitárias; Bibliotecas virtuais; Biblioteca Digital Jurídica.

5. Internet: diversos sites jurídicos, como: Âmbito Jurídico; Conjur; Última Instância; Jurisite (PASSOS; BARROS, 2009, p. 97, grifos nossos).

As fontes de informações jurídicas são múltiplas, nem sempre é tarefa fácil sua localização, principalmente para aqueles que não estão aptos à área jurídica e a efetuar pesquisas nos ambientes de sua natureza.

Para Silva (2010), a pesquisa é o método mais fundamental para que o bibliotecário possa recuperar as informações contidas nas fontes e nos variados tipos de suportes. Além do suporte tradicional, físico, este profissional lida também com o meio digital, cuja capacidade de armazenamento e quantidade de volume informação suportado é incalculável.

O atual mercado do bibliotecário jurídico apresenta-se em constante mutação e a convivência com os diferentes tipos de suportes, tanto físico, quanto digital, exige deste profissional habilidade, conhecimento e segurança para lidar com as fontes informacionais jurídicas presentes ou que venham a surgir em sua área, retirando delas o que melhor tem a oferecer e perceber as vantagens e desvantagens de cada uma. (AALL, 2001).

2.4.1 Bibliotecas jurídicas

As bibliotecas jurídicas são umas das principais fontes de informação jurídicas e consideradas especializadas, de acordo com Passos e Barros (2009, p. 99), por atender a um grupo de usuários específicos e tem por função primordial, promover a mediação da informação jurídica, e o atendimento das necessidades específicas de seu público alvo.

Segundo Fullin (2006, p. 35), as bibliotecas jurídicas, especialmente na esfera de suas instituições mantenedoras, podem ser órgãos governamentais, universidades ou escritórios de advocacia, subsidiar as decisões processuais em

fluxo, como também auxiliar no cumprimento da justiça.

Já para Batista e Avelar (2012, p. 2), “as bibliotecas voltadas para o setor jurídico são consideradas um tipo de biblioteca especializada”, aquelas que atendem a um tipo restrito de atuação e tem características próprias em termos de funcionalidade, usuário, documentos e fontes da informação.

Para Silva (2010), a classificação desse tipo de unidade informacional está hierarquizada, como:

- biblioteca jurídica geral**, que agregam os documentos de qualquer tipo, fonte e procedência referentes a direito;
- bibliotecas jurídicas especializadas por fontes do direito**, como aquelas que concentram somente documentos de legislação;
- bibliotecas mistas**, onde a especialidade jurídica é compartilhada com outras disciplinas, como administração, economia, sociologia;
- bibliotecas especializadas em outros domínios temáticos**, onde os documentos de direito, ainda assim, tem um peso significativo na coleção (SILVA, 2010, p. 29, grifos do autor).

Na biblioteca jurídica, a atividade primordial consiste na preparação da informação sobre assuntos relevantes, específicos e reservados ao contrário de publicações gerais. A biblioteca necessita estar amparada em fontes de informações apropriadas e satisfatórias, com equipe qualificada e capacitada, a fim de satisfazer as necessidades dos usuários (BATISTA; AVELAR, 2012, p. 6).

Outro fator que segundo Miranda (2007, p. 89), é determinante para o bom funcionamento das atividades informacionais nas bibliotecas jurídicas é que, as mesmas, “devem estar apoiadas em ferramentas de tecnologia da informação, principalmente em sistemas informatizados de armazenagem e recuperação da informação”, pois, o número de documentos gerados nesta área é enorme e dependem destes tipos de serviços para garantir a obtenção de qualidade, precisão e agilidade nas unidades informacionais.

O acervo da biblioteca especializada jurídica é composto por documentos voltados para Legislação, Doutrina, Jurisprudência, bem como, todos outros materiais que são imprescindíveis para a prática jurídica, a qual, têm como principais fontes de informação: livros da área do Direito, periódicos especializados, relatórios, bases de dados, patentes, catálogos e outras fontes específicas que correspondem aos objetivos da instituição (MIRANDA; GALLOTTI; MIRANDA, 2016).

Segundo Passos e Walter (2014, p. 27), as bibliotecas do tipo jurídicas são projetadas para servir de apoio à necessidade informacional de seus usuários: “desembargadores, juízes, advogados, políticos, professores, estudantes do curso de

Direito e áreas afins”, como também, o cidadão comum que necessite de materiais e fontes de pesquisa na área.

Deste modo, “as bibliotecas jurídicas devem aderir a um bom planejamento no programa organizacional e desenvolvimento de suas coleções, assim como mecanismos de coordenação e controle bem definidos” (MIRANDA, 2007, p. 92), para que possam atingir sua finalidade indispensáveis, a ponto de satisfazer o público específico com conteúdos informacionais sempre atualizados e organizados, visando às necessidades específicas desses usuários.

O bibliotecário especializado, inserido na biblioteca jurídica, “deve rever diariamente seus produtos, serviços e fontes de informação, como também, conhecer e estudar a fundo a área jurídica” (PASSOS; WALTER, 2014, p. 48), para que possa atender precisamente quaisquer necessidades informacionais destes ambientes e usuários que frequentam e necessitam de suporte para suas pesquisas.

2.4.1.1 Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 5ª Região

A biblioteca do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5ª – SE), denominada Jackson da Silva Lima, está instalada no térreo do prédio da Justiça Federal de Sergipe, localizado no Bairro Capucho, Aracaju (BRASIL, 2016).

É especializada em Direito e atua como centro de documentação e informação, sendo permitido o acesso de usuários internos e externos aos recursos informacionais existentes em seu acervo. (BRASIL, 2016).

Destina seu atendimento, prioritariamente, as necessidades da Justiça Federal no exercício de suas atividades jurisdicionais e administrativas e usuários, em sua maioria, servidores do órgão (BRASIL, 2016).

Algumas de suas atividades giram em torno de pesquisas bibliográficas e virtuais em doutrina, legislação e jurisprudência; empréstimo domiciliar (somente para servidores), e seu acervo está aberto ao público em geral, para consulta local das obras disponíveis (BRASIL, 2016).

Na biblioteca as fontes de informações jurídicas que são acessadas extra documentos físicos presentes no acervo, estão disponíveis através da: interligação com a Biblioteca do Senado, Biblioteca Jurídica Virtual e na rede entre todas as bibliotecas dos Tribunais Regionais Federais brasileiros (BRASIL, 2016).

2.4.1.2 Biblioteca do Tribunal de Justiça de Sergipe

O Tribunal Justiça de Sergipe, disponibiliza duas bibliotecas, uma central e outra setorial. A central denominação de Biblioteca Central Desembargador Gervásio Prata, instalada no 6º andar do Centro Administrativo Desembargador José Artêmio Barreto, localizado no Bairro Centro, Aracaju. Já a setorial, denominada Juiz Mário Siqueira Pinto, localizada no 3º andar do Fórum Gumersindo Bessa, localizado no Bairro Capucho, Aracaju. (SERGIPE, 2016).

Na Biblioteca Central, existem três profissionais bibliotecários, que ficam encarregados de organizar e disponibilizar informações doutrinárias e legislativas no âmbito do Tribunal, colaborando com às necessidades informacionais dos usuários e com o órgão na prestação jurisdicional (SERGIPE, 2016).

Seu acervo possui mais de 19 mil títulos dentre os quais faz parte: doutrina, livros, periódicos, jornais, revistas, CDs, obras raras e outros materiais, em área com espaço para sala de direção, processamento técnico, acervo de doutrinas, periódicos, leitura e cabines de computador com acesso a diversas bases de dados digitais (SERGIPE, 2016).

O serviço de empréstimo é destinado aos magistrados, assessores, secretários, diretores e coordenadores da administração do Tribunal de Justiça, podendo os usuários externos ter acesso as obras somente em para consulta local, no horário de atendimento ao público (SERGIPE, 2016).

Já em sua biblioteca setorial, instalada no 2º andar do Fórum Gumersindo Bessa, localizado no Bairro Capucho, Aracaju. Há uma bibliotecária responsável pela gestão da unidade, em uma área com espaço adequado para atendimento aos usuários, acervo de doutrinas e periódicos (SERGIPE, 2016).

O acervo é composto por: 661 títulos de livros, 155 títulos de periódicos, CD's, DVD's, revistas, jornais, que podem ser tomados como empréstimos os assessores, juízes, chefes de secretarias, ou seja, servidores como um todo (SERGIPE, 2016).

Ambas as bibliotecas utilizam fontes de informações que disponibiliza para os usuários em seu acesso a: Biblioteca do Senado Federal, a Biblioteca Jurídica Virtual, como também, a ligação em rede entre todas as bibliotecas de Tribunais de Justiça de todos os estados brasileiros (SERGIPE, 2016).

2.4.1.3 Biblioteca do Tribunal de Contas de Sergipe

A biblioteca do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE), denominada Biblioteca Vice-Governador Manoel Cabral Machado, está instalada no Palácio Governador Albano Franco, localizado no Bairro Capucho, Aracaju (SERGIPE, 2016).

Na unidade há uma profissional especializada em Biblioteconomia. A responsável pela unidade tem por formação Administração e também especialização em Biblioteconomia e Direito.

O objetivo da unidade informacional é atender aos magistrados, servidores, estagiários, estudantes nas áreas de Direito, Administração, Ciências Contábeis e Economia, cabendo atenção especial aos tópicos de Administração Pública, Direito Administrativo e Tributário (SERGIPE, 2016).

Os serviços oferecidos incluem empréstimo de livros e periódicos, intercâmbio entre bibliotecas, fontes de pesquisa ligadas a doutrina, jurisprudência e legislação, o acesso a várias bibliotecas digitais do país, como: a Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional (RVBI), coordenada pela Biblioteca do Senado Federal; a Biblioteca da Câmara dos Deputados; a Biblioteca do Conselho Nacional de Justiça, a Biblioteca Digital Fórum de Direito Público (SERGIPE, 2016).

2.4.1.4 Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região

A Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, especializada na área jurídica, com ênfase na área de Direito do Trabalho, foi implantada em 1994 e está instalada no prédio do TRT20ª-SE, localizado no Bairro Capucho da capital sergipana (BRASIL, 2016).

Na unidade há uma bibliotecária responsável pela gestão de todo o ambiente informacional. Tem como competência o desenvolvimento e disseminação dos recursos inerentes a seu pleno exercício na unidade informacional e fornece embasamento técnico aos seus usuários com o intuito de desenvolver o conhecimento dos mesmos para facilitar a execução de suas tarefas.

Serviço de empréstimo é facultado aos servidores, juízes, estagiários, desembargadores, mas, o público externo somente para consulta local. A Unidade

possui sala de leitura e cabines de computadores com acesso à internet. Em acervo composto por: 2.168 títulos de livros, 239 títulos de periódicos, 13.504 artigos de periódicos; 152 trabalhos de conclusão de curso (TCC), 44 CD's e 31 DVD's, referente a área jurídica e trabalhista (BRASIL, 2016).

As principais fontes de informações disponíveis ao acesso dos usuários em meio digital são: Biblioteca Digital da LTr, cujo acervo está voltado para área jurídica trabalhista do país; a Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional (RVBI), coordenada pela Biblioteca do Senado Federal; a Biblioteca do Congresso Americano e por meio do Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI). (BRASIL, 2016).

2.4.1.5 Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

Já a Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), denominada Biblioteca Prof. Valdice Alves de Souza, localizada no 1º andar do Fórum Gilberto Amado, Bairro Capucho em Aracaju (BRASIL, 2016).

A gestão de toda a unidade informacional é feita somente por uma bibliotecária, que tem por competência na unidade a mediação informacional e o desenvolvimento de técnicas necessários e indispensáveis para recuperação da informação de forma precisa e satisfatória, bem como, orientar os meios mais adequados para estruturar a estratégia de busca de seus materiais no acervo físico ou digital (BRASIL, 2016).

O Empréstimo de livros somente é destinado aos juízes, servidores, estagiários, assessores, bem como, os requisitados (BRASIL, 2016).

A unidade disponibiliza para os usuários em seu ambiente físico, sala de leitura e cabines com computação com acesso à internet e, principalmente, com acesso a diversas fontes de informações no âmbito digital, e acervo composto por: 1.568 títulos de livros, 658 títulos de periódicos e 13.504 artigos de periódicos, ambos da área jurídica e eleitoral (BRASIL, 2016).

Para agregar maiores conhecimentos aos usuários são disponibilizadas fontes de informações virtuais, as quais, podem ter acesso no ambiente da biblioteca, como: Biblioteca Virtual Fórum; a Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (REJE) e a Revista Zenite, para que tenham maior opção diante de conteúdos especializados disponíveis a suas pesquisas extras acervo físico (BRASIL, 2016).

3 METODOLOGIA

A metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de observar sua validade e utilização nos âmbitos da sociedade. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Para Santiago (2012, p. 157), a metodologia de uma pesquisa abrange um conjunto de métodos os que devem ser utilizados pelo pesquisador na obtenção do conhecimento, por meio de processos e técnicas, que garantem a legitimidade do saber obtido”. Completa Gil (2008, p. 26), informando que método é “o caminho para se chegar a determinado fim, e o método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. Por conseguinte, a metodologia determina os enfoques que serão empregados.

Na visão de Demo (2011), o problema central de qualquer estudo onde se pretende abordar a realidade como evidência, está na demarcação da metodologia.

A adequada formulação do problema, até a satisfatória apresentação dos resultados, [...] utiliza os conhecimentos disponíveis, instrumentados por métodos, técnicas e outros procedimentos científicos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 78), para se obter o desenvolvimento necessário da pesquisa científica.

Com base neste contexto, segundo Vieira, Castro e Schuch Júnior (2010), é possível afirmar que das diferentes pesquisas realizadas, cada etapa tem um nível de dificuldade e um tempo para ser executada de acordo com o tipo de estudo que será realizado, com os dados que devem ser coletados, organizados e tipo de análise.

Diante dos procedimentos metodológicos, a seguir apresenta-se as técnicas empregadas que possibilitaram a coleta e processamento das informações necessárias e fundamentais ao desenvolvimento e construção desta pesquisa, que visaram à resolução da questão aborda como objetivo universal da temática em questão, a qual teve por finalidade analisar o perfil do profissional bibliotecário dos tribunais da capital sergipana.

3.1 Delineamento da pesquisa

A pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento. (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 157).

Para Gil (2008), o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos, os quais fornecem ao investigador um caminho para o conhecimento da realidade ou de verdades parciais a respeito de determinado estudo.

Neste sentido a metodologia aqui adotada foi a pesquisa exploratória, como também a descritiva, com abordagens qualitativas e por meio dos procedimentos técnicos bibliográficos e pesquisa de campo.

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 51-52), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que se investiga, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos.

Já em relação à pesquisa descritiva, de acordo com Gil (2010, p. 31), “objetiva a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento entre variáveis”. Completa Prodanov e Freitas (2013, p. 127), que a mesma, expõe as características de uma determinada população ou fenômeno, demandando técnicas padronizadas de coleta de dados.

As pesquisas descritivas são, juntamente com as pesquisas exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. Em sua forma mais simples, as pesquisas descritivas aproximam-se das exploratórias, quando proporcionam uma nova visão do problema. Em outros casos, quando ultrapassam a identificação das relações entre as variáveis, procurando estabelecer a natureza dessas relações. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 53).

Sob abordagem do problema, a pesquisa foi de cunho qualitativo, onde, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 70), o pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão. Nesse caso, “os métodos qualitativos ajudam não apenas a compreender o objeto do estudo, mas também a construí-lo a partir de novos aspectos e sob novas perspectivas”, o entendimento a respeito do tema investigado. (Gil, 2010, p. 27).

Quando aos procedimentos técnicos utilizados, se caracterizaram por meio de pesquisa bibliográfico e pesquisa de campo, os quais foram desenvolvidos por meio de duas etapas:

A **primeira**, se deu por meio de pesquisas bibliográficas, como: livros, artigos científicos, periódicos, base de dados institucionais e conteúdos em meio digital, para a configuração e embasamento teórico da temática. Já na **segunda**, foi constituída por meio da pesquisa de campo, onde foram aplicadas as entrevistas e

questionários para coleta dos dados junto aos bibliotecários que fazem parte das bibliotecas instaladas nos tribunais da capital sergipana.

Na produção de conhecimento científico umas das primeiras etapas é a pesquisa bibliográfica, é através dela que se fundamenta o trabalho de caráter científico. (GIL, 2010, p. 50).

Em relação à pesquisa de campo, é utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 59).

Com a finalidade de alcançar o objetivo proposto por esta pesquisa, priorizou-se o desenvolvimento de quatro vertentes, a saber: o perfil do profissional bibliotecário que atua nos tribunais de Aracaju; a atuação do profissional bibliotecário nos tribunais da capital sergipana; as competências do bibliotecário que atuam nas unidades informacionais dos tribunais da capital sergipana e as principais fontes de informações jurídicas utilizadas por estes profissionais.

3.2 Questões de pesquisa

A seguir apresenta-se as questões de pesquisa com base nos objetivos específicos do estudo.

1. Qual o perfil do profissional bibliotecário que atua nos tribunais de Aracaju?
2. Como se dar a atuação do profissional bibliotecário nas bibliotecas dos tribunais com sede na capital sergipana?
3. Quais as competências do bibliotecário que atua nas bibliotecas dos tribunais de Aracaju?
4. Quais as principais fontes de informação jurídica utilizadas por esses profissionais?

3.3 Definições das variáveis

O Quadro 7, a seguir, apresenta as variáveis e suas definições, elaboradas a partir das questões de pesquisa, e os indicadores que foram enquadrados nas perguntas do questionário.

Quadro 7 – Variáveis e suas definições.

VARIÁVEIS E SUAS DEFINIÇÕES		
Variáveis	Definições	Indicadores
1. Perfil do profissional bibliotecário	Características pessoais dos bibliotecários que atua nos tribunais de Aracaju.	<ul style="list-style-type: none"> • Gênero • Faixa etária • Formação • Estado de origem • Outro tipo de graduação • Formação continuada • Idioma
2. Atuação do bibliotecário jurídico	A atuação do profissional nas unidades informacionais dos tribunais.	<ul style="list-style-type: none"> • Cargo ocupado • Área de atuação • Tempo de atuação • Atualização na área • Motivo de escolha da área • Dificuldades • Publicações
3. Competências do bibliotecário jurídico	Competências que são atribuídas aos bibliotecários nas bibliotecas dos tribunais de Aracaju.	<ul style="list-style-type: none"> • Gerencias • Técnicas • Pesquisas • Produtor de Informações • Tecnológicas
4. fontes de informação jurídica	Os tipos de fontes de informação jurídica utilizados na unidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Fontes primárias • Fontes secundárias • Sistemas e bases de dados • Bibliotecas • Internet

Fonte: Elaboração própria.

3.4 Universo de pesquisa

A população, conforme Gill (2010), “[...] significa o número total de elementos de uma classe”. Os locais para o levantamento da pesquisa foram às bibliotecas presentes nos cinco tribunais da capital sergipana, tais como: Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região.

As bibliotecas instaladas nos tribunais de Aracaju são de extrema importância para a complementação fundamental das pesquisas e necessidades informacionais de seus usuários, para que esses usuários disponham de total segurança e eficiência diante de conteúdos transmitidos e suporte ao acesso de fonte

extra acervo, é eminentemente essencial que se tenham nessas unidades profissionais gestores que sejam dotados de conhecimento voltados a suas atividades na área e unidade informacional especializada.

O Quadro 8, a seguir, apresenta a quantidade de profissionais bibliotecários que existem nas bibliotecas dos tribunais do município de Aracaju.

Quadro 8 – Bibliotecas dos tribunais da capital sergipana.

Tribunais	Nº de Bibliotecários
Tribunal Regional Federal da 5ª Região Sergipe (TRF5ª - SE)	1 (um) bibliotecário.
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJ - SE)	Na biblioteca sede existem 3 (três) bibliotecários; Na setorial há 1 (um) bibliotecário.
Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE - SE)	Na unidade há 1 (um) profissional fornada em Administração, mas, especializado em Biblioteconomia e Direito.
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT20ª - SE)	1 (uma) bibliotecário.
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE - SE)	1 (uma) bibliotecário.
Total de bibliotecários distribuídos entre as bibliotecas dos tribunais da capital sergipana	7 bibliotecários e 1 especializado

Fonte: Elaboração própria.

Conforme apresentado no Quadro 8, acima, das cinco unidades informacionais, somente a do TJ – SE tem três profissionais bibliotecários atuando na mesma biblioteca, ademais, sendo um profissional responsável por todo o gerenciamento e desenvolvimento de atividades técnicas.

Ainda sobre as bibliotecas representadas no Quadro 8, dos cinco tribunais apontados, quatro unidades existem bibliotecários e somente uma possui profissional de outra área, mas, especializado na área biblioteconômica.

Portanto, fez parte do universo da pesquisa, sete profissionais bibliotecários, distribuídos nos tribunais: TRF5ª-SE, TJ-SE, TRT-SE e TRE-SE, como também, o profissional que atua na biblioteca instalada no TCE-SE, o qual, é especializado em biblioteconomia. Portanto, fizeram parte do estudo, oito profissionais que atuam nas bibliotecas institucionais dos respectivos tribunais citados no contexto.

3.5 Instrumentos de coletas de dados

Para a realização da coleta de dados é fundamental o uso de instrumentos adequados para viabilizar essa importante etapa. São utilizados como principais ferramentas a observação, a entrevista e o questionário, cujo objetivo é obter informações da realidade (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 97).

De acordo com Marconi e Lakatos (2009, p. 203), o questionário é um instrumento constituído por uma série ordenada de questões predeterminadas que devem ser respondidas pelos indivíduos do estudo. Completa Prodanov e Freitas (2013, p. 99), as questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos [...]", com intuito de obter respostas igualmente objetivas, evitando dúvidas.

Conforme Gil (2010, p. 29), o questionário traduz os objetivos da pesquisa em questões específicas com o objetivo de coletar informações sobre conhecimentos, valores, interesses, expectativas e comportamentos presentes.

Para a coleta de dados da pesquisa foram realizadas visitas em cada biblioteca que há no: Tribunal Regional Federal 5ª Região (TRF5ª-SE), Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJ-SE), Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE), Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) e Tribunal Regional do Trabalho 20ª Região (TRT-SE), ambos presentes no município de Aracaju, e onde foram realizadas as entrevistas, estruturadas, e aplicado questionário, com questões objetivas e abertas, aos profissionais bibliotecários que compõem cada unidade informacional dos tribunais citados.

Para elaboração das perguntas, buscou-se na literatura e nos conceitos de autores, às informações essenciais que serviram de base para a elaboração das questões e afirmações acerca de cada um dos temas.

Acompanhando esse contexto, houve também pesquisas em base de dados digitais que abordam assuntos referente à temática em questão, especialmente no: Google Acadêmico, no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Scientific Electronic Library Online (SCIELO), no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em periódicos especializados em Biblioteconomia e Ciência da Informação, como também, em websites de estudiosos especializados na temática de pesquisa.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo, abordará a análise e interpretação das entrevistas e respostas obtidas na etapa de coleta de dados junto aos oito profissionais que atuam nas bibliotecas dos tribunais da capital sergipana. Os dados foram analisados e interpretados em forma descritiva, de modo que permitiu a verificação e resposta para os objetivos específicos e geral propostos no estudo.

A organização dos dados foram elaboradas com base no questionário delineado de acordo com as questões de pesquisa (subseção 4.2), e através dos dados apresentados nas variáveis: perfil do profissional bibliotecários, atuação profissional bibliotecário jurídico, competência do profissional bibliotecário jurídico e as fontes de informação jurídicas utilizadas nas unidades (subseção 4.3), e seus respectivos indicadores, objetivando a identificação do perfil dos profissionais bibliotecários dos tribunais da capital sergipana.

O questionário, cujo modelo se encontra como Apêndice – A, e entrevistas, foram aplicados por meio de visitas realizadas no mês de janeiro de 2017, ao: Tribunal Regional Federal 5ª Região (TRF5ª-SE), Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJ-SE), Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE), Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) e Tribunal Regional do Trabalho 20ª Região (TRT-SE), ambos em Aracaju.

Para análise e facilitar a identificação de cada profissional, os bibliotecários foram representados como: Bibliotecária A² (TRF5ª-SE); Bibliotecário B³ (TJ-SE); Bibliotecária C⁴ (TJ-SE); Bibliotecária D⁵ (TJ-SE); Bibliotecária E⁶ (TJ-SE); Bibliotecária F⁷ (TRE-SE); Bibliotecária G⁸ (TCE-SE) e Bibliotecária H⁹ (TRT20ª-SE).

A seguir é apresentado a análise e interpretação dos dados, com base nos resultados apresentados nos questionários e entrevistas aos profissionais da informação que fazem parte de cada biblioteca institucional instalada nos tribunais de Aracaju, capital do estado de Sergipe.

² Profissional bibliotecário que atua na biblioteca do TRF5ª-SE.

³ Profissional bibliotecário que atua na biblioteca do TJ-SE.

⁴ Profissional bibliotecário que atua na biblioteca do TJ-SE.

⁵ Profissional bibliotecário que atua na biblioteca do TJ-SE.

⁶ Profissional bibliotecário que atua na biblioteca setorial do TJ-SE.

⁷ Profissional bibliotecário que atua na biblioteca do TRE-SE.

⁸ Profissional especializado em na área biblioteconômica que atua na biblioteca do TCE-SE.

⁹ Profissional bibliotecária que atua na biblioteca do TRT20ª-SE.

4.1 Perfil do profissional bibliotecário

A primeira questão específica da pesquisa buscou analisar o perfil do profissional que atua nas bibliotecas dos tribunais de Aracaju, por meio dos indicadores: gênero, faixa etária, formação, estado de origem, outro tipo de graduação, formação continuada e idioma. Tais questões foram correspondentes de 1 a 7 no questionário.

A maioria dos entrevistados têm a faixa etária entre 51 e 60 anos, quatro mulheres e um homem, seguido da faixa etária entre 41 a 50 anos, uma mulher e entre 31 a 40 anos, outra. Cinco deles, concluíram suas formações em Aracaju, mais precisamente na Universidade Tiradentes, demais na Universidade Federal do Maranhão; Universidade Católica de Salvador e na Universidade Federal de Pernambuco. Em relação ao estado de origem, cinco profissionais, mencionaram que nasceram em Sergipe e o restante nos estados: Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro. Possuem como outro tipo de graduação, dois deles, nas áreas: Direito e Administração. Referente a formação continuada, em nível de especialização, cinco deles informaram que realizaram cursos, tais como: Gestão de Pessoas em Ambientes Organizacionais, Restauração, Gestão da Informação em Bibliotecas, Direito Administrativo e Direito Público; em nível de mestrado, foi mencionado por uma profissional, realizado na área de Ciência da Informação.

Optei pela especialização na área do Direito e Biblioteconomia porque trabalho em uma unidade informacional em que o tempo todos estou em acesso à conteúdos das duas naturezas. Sempre gostei da área jurídica e biblioteconômica. Fiz tais especializações para agregar maior conhecimento, habilidade e segurança em minhas posições no trabalho. (Bibliotecária G).

Acho que com a especialização, direcionou mais minha capacidade de entender os conteúdos que trabalho no cotidiano. Minha especialização na área do Direito, me ajudou muito no trabalho, contribuiu bastante para o desenvolvimento do meu conhecimento e atitudes. (Bibliotecário B).

Acredito que por meio do meu mestrado em Ciências da Informação, pude entender melhor a natureza e importância que às informações representam para a sociedade, acima de tudo, foi bastante transformado para minha atuação na área jurídica, contribui bastante e agregou novos caminhos para que eu possa desenvolver e inovar dentro da unidade. (Bibliotecária A).

Para conhecimento em língua estrangeira, a maioria dos profissionais, sete deles, afirmaram ter domínio em inglês, nível básico e intermediário, seguido do espanhol e francês, ambos em nível básico.

4.2 Atuação do bibliotecário jurídico

A segunda variável de pesquisa, verificou a atuação dos bibliotecários nos tribunais da capital sergipana, por meio dos indicadores: cargo ocupado, área de atuação, tempo de atuação na área e na biblioteca, atualização na área, motivo de escolha da área, dificuldades e publicações.

Referente ao atual cargo ocupado na biblioteca, cinco profissionais responderam que ocupam em suas respectivas unidades o cargo de Bibliotecário, o restante, mencionaram os cargos: um é Auxiliar de Biblioteca, um Chefe de Divisão e um Responsável pela Memória Institucional. Diante da área de atuação, seis profissionais responderam que são responsáveis pela área Gerencial e Técnica da biblioteca e os demais informaram que atuam nas áreas: Memória Institucional e Apoio Bibliotecário.

Sou responsável por tudo, fico encarregada de funções que vão desde o gerenciamento a todas as atividades técnicas da biblioteca. Atualmente trabalha na biblioteca eu e outra servidora. No momento os estágios estão suspensos temporariamente, o que me ajudava bastante no desenvolvimento de atividades específicas. Para o curso de Biblioteconomia, os estágios estão suspensos, somente sendo permitido para os cursos de Administração e Direito. (Bibliotecária H).

Aqui na biblioteca sou responsável pelo gerenciamento de toda a unidade informacional. Tudo é sob minha responsabilidade. Mas, atualmente há uma servidora que me ajuda em diversas tarefas da biblioteca, antes também tinha um outro servidor da área da segurança que dava um suporte nas rotinas. Era da área de segurança, mas era muito sábio diante de diversas rotinas que desenvolvíamos, acredito que era por conta de ser formado em Direito, me ajudou bastante, pelo fato de que antes era somente eu e ela, também encarregados de todas as atividades. (Bibliotecária A).

Nas questões 10 e 11, os profissionais responderam às perguntas: qual o tempo de atuação na área jurídica e qual o tempo de atuação na biblioteca. Em respostas Unâнимes, todos os oito profissionais afirmaram para ambas as questões que atuam a mais de 16 anos. Os oito profissionais, também responderam que para se manterem atualizados na área, se dar por meio de: leitura de livros ou periódicos especializados, seguido de sites jurídicos, cursos, eventos, blogs e listas de discussão.

Para manter-me atualizada, em alguns momentos, entro em contato com outros servidores, busco por meio de diálogos, tirar algumas dúvidas que surge, e olhe que isso é constante, sempre estou em contato com meus colegas de trabalho. (Bibliotecária H).

Estou sempre realizando cursos de capacitação que são desenvolvidos em Brasília. Constantemente estou em acesso a sites especializados na área e em contato com diversas obras que chegam na unidade como novas aquisições, obras atualizadas que alguns magistrados solicitam. (Bibliotecária A).

Para cinco dos profissionais, o que motivou a escolha pela área jurídica foi o concurso pública, os demais responderam:

Já tinha trabalhado na biblioteca escolar pública e a área jurídica era a que mais tinha desejo. Estou aqui a mais de 18 ano e até hoje me proporciona realização que desejava, antes mesmo de estar envolvida. E um dos fatores que contribuíram bastante para toda minha satisfação, se deu por contanta, principalmente, da remuneração salarial, a qual foi bastante diferente em comparação ao meu trabalho anterior. Aliás, acredito que o bibliotecário que atua na área jurídica obtém uma melhor remuneração, se comparado com outras áreas de atuação para o profissional. (Bibliotecária C).

Trabalhar em uma biblioteca especializada na área jurídica e gosto pela área. Resumindo, atuar em uma biblioteca em que as informações e conteúdos estão voltados para assuntos jurídicos, era o meu sonho, sempre tive paixão em trabalhar na área. (Bibliotecária D).

O meu maior motivo foi pelo fato de que a maioria dos familiares já atuarem na área jurídica e muitos deles me incentivaram bastante. Criando, assim, uma motivação maior e vontade, que me induziu a realizar o concurso para área. (Bibliotecária E).

Já para seis profissionais, as principais dificuldades para atuar na área é a falta de cursos de especialização em documentação jurídica, um respondeu que não tem nenhuma dificuldade e outra respondeu:

As principais dificuldades que enfrento na biblioteca, são as constantes reformulações e atualizações das leis. Caso ocorra algum erro em documentos produzidos na biblioteca, em decorrência de tais atualizações e reformulações, o concerto somente é efetuado em Brasília ou Recife. É bastante complicado para efetuar algum tipo de correção se ocorrer erro. (Bibliotecária A).

Infelizmente nossa formação acadêmica é muito pobre, sobre o ponto de vista das necessidades informacionais do profissional e da população. Acredito que poderíamos atuar em qualquer segmento, desde que, houvesse uma devida graduação, mais atualizadas, diante das reais necessidades trabalhistas do profissional e que fosse possível realizar vários cursos específicos, não só para área jurídica, como também, para diversos segmentos do mercado de trabalho para os profissionais da informação. (Bibliotecária H).

Referente a publicações, a maioria dos profissionais, cinco deles, informaram que não têm nenhum tipo, os demais mencionaram que têm artigos e trabalhos em congressos.

4.3 Competências do bibliotecário jurídico

A terceira variável buscou identificar as competências que são atribuídas aos bibliotecários nas bibliotecas dos tribunais de Aracaju, por meio das questões: gerenciais, técnicas, pesquisas, produtor de informação e tecnológicas. Tais

corresponderam de 16 a 20 no questionário.

A maioria dos profissionais, seis deles, mencionaram que contribuem para o gerenciamento da unidade informacional, e em seguida o gerenciamento da qualidade e do conteúdo de fontes de informação, orientação de estágios.

Somente eu fico encarregada por todas as atividades da biblioteca, não há nenhum outro profissional para me auxiliar no cotidiano, o que resulta em grande quantidade de tarefas e atividades para minha competência. Atualmente estou sobre carregada de trabalho, muitas obras para classificação, o acervo precisando ser organizado. Seria muitíssimo importante e fundamental o acesso de estagiários para me auxiliar em diversas atividades da biblioteca. (Bibliotecária G).

Em relação aos estágios, segundo a Bibliotecária (H), no momento está suspenso estágio para área de biblioteconômica, somente disponibilizaram vagas para a discente de Administração e Direito.

Aqui na unidade nunca tivemos estagiários do curso de Biblioteconomia, sempre os estagiários foram de Direito, e olhe que tem mais ou menos uns dois anos que não contratam estagiários, por conta da crise econômica do Brasil, informam que não tem verba para poder pagar. Seria muito legal ter estagiários bibliotecários, preciso ver se consigo falar com o pessoal da UFS, para ver se vem alguns para realizarem estágios aqui. (Bibliotecária G). O mesmo sendo praticamente dito, por todos os bibliotecários de todas as unidades informacionais instaladas nos tribunais de Aracaju. No momento da entrevista, não havia estagiários da área biblioteconômica atuando em nenhuma biblioteca dos tribunais da capital sergipana.

Em relação as competências técnicas, sete dos profissionais responderam que contribuem no processo de Catalogação e Classificação de recursos informacionais jurídicos, citaram também os processos de Aquisição e Indexação.

Diante do processo de aquisição, a Bibliotecária (E), informou que:

Por ser uma unidade setorial, não fazemos aquisições de nenhum tipo de obra. Esse tipo de processo é destinado somente à biblioteca central. Apenas faço a indicação dos tipos de obras necessárias e suas respectivas referências, para que lá, seja tomada as respectivas providencias de compras.

Quanto às competências de pesquisas todos os profissionais responderam sim e alguns mencionaram:

Aqui, muitos dos servidores não sabem quais as bases de dados da área que são fundamentais para determinadas pesquisas específicas que fazem. A grande maioria solicita minha contribuição diante de diversas necessidades em relação a busca por assuntos e referências. (Bibliotecária H).

A busca por referências são as principais pesquisas que faço aqui na biblioteca, muito dos usuários buscam bastante para citações, especialmente alguns servidores que fazem mestrado e doutorado. (Bibliotecária E).

Contribuo para pesquisas de periódicos. Alguns servidores não têm tempo suficiente para buscar no acervo, daí, fico a disposição para muitos que solicitam minha ajuda. Há uma juíza que não gosta de acessar por meio digital conteúdos de sua pesquisa, solicita que eu imprima tudo que precisa e repasse para ela. (Bibliotecária H).

Em relação à produção de informação, a maioria, seis profissionais, mencionaram que contribuem no: desenvolvimento de fontes de informação jurídica, e em seguida, responderam também que: criam instrumentos de pesquisas bibliográficas.

Contribuo para o desenvolvimento e manutenção do banco de dados do Conselho da Justiça Federal, o CAJU¹⁰. Fico encarregada de alimentar com notícias atualizadas, como também, o site da própria biblioteca, principalmente quando é feito novas aquisições e quando há notícias de suma importância para os usuários. (Bibliotecária A).

Disponibilizo diversos conteúdos e informações da biblioteca para o pessoal de TI. Eles ficam encarregados de atualizar o site da institucional da biblioteca. (Bibliotecária H).

Em relação às competências tecnológicas, todos os oito responderam que colaboram no desenvolvimento de bases de dados jurídicas, havendo também menções de alguns para as alternativas: manutenção de bases de dados jurídicas e que mantem atualizado um site na internet da unidade de informação.

4.4 Fontes de informação jurídicas

Conforme apresentado no contexto anterior, (seção 2.4). O conhecimento e habilidade diante dos mais variados tipos de fontes de informação jurídicas, são fundamentais para o pleno desenvolvimentos das atividades dos profissionais bibliotecários inseridos na área.

Diante disso, a quarta e última variável deste estudo, buscou identificar as fontes de informações jurídicas mais utilizadas por esses. Por meio dos indicadores: fontes primária, fontes secundarias, sistemas e bases de dados, bibliotecas e internet.

Os oito profissionais mencionaram que a principal fonte primária mais utilizadas para o Diário da Justiça, seguido das opções: Diário Oficial dos Estados e Diário Oficial da União. Quanto às fontes secundarias, os oito servidores responderam todas as alternativas disponíveis no questionário: livros jurídicos, periódicos jurídicos, revistas jurídicas, revistas dos tribunais e periódicos eletrônicos, como sendo as fontes mais utilizados em suas atividades.

¹⁰ A Central de Atendimento ao Juiz Federal (CAJU), é um serviço que se pauta na missão do Conselho de promover e assegurar a integração e o aprimoramento da Justiça Federal, na medida em que fornece aos magistrados federais pesquisas e informações sobre doutrina, legislação e jurisprudência, [...], contribuindo, assim, para uma celeridade maior na prestação jurisdicional. Texto extraído do site do Conselho da Justiça Federal. (CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, 2009).

Para o indicador, sistemas e bases de dados, todos os profissionais responderam respectivamente as alternativas: Bases de dados de legislação federal de hierarquia superior; Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON), como sendo os mais utilizados, seguindo da alternativa: Legislação Federal do Brasil - mantida pela Presidência da República.

Em relação às bibliotecas, a opção: Biblioteca do Senado Federal, foi de forma unânime, citada por todos os oito profissionais, seguido das alternativas: Biblioteca dos tribunais e Biblioteca Digital Jurídica, ambas,

Aqui na unidade é disponibilizado o acesso a Biblioteca do Conselho da Justiça Federal, o que ajuda bastante a alguns usuários, por conta da vasta quantidade de conteúdos que a mesma disponibiliza em meio digital. (Bibliotecária A).

Não só as bibliotecas citadas no questionário, como também, disponibilizamos o acesso a todas as bibliotecas dos TRTs do Brasil e a Biblioteca da LTr. (Bibliotecária H).

Diante do último indicador, Internet, todos os oito profissionais mencionaram: Âmbito Jurídico e Interlegis, como sendo os mais utilizados, seguidos de: BDJUR; Conjur, Buscalegis, LexML e SICON.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O profissional bibliotecário, inserido na área jurídica, vem ganhando cada vez mais seu espaço em diversas instituições do país, que abrigam em suas unidades instalações de bibliotecas especializadas, fundamentais ao desenvolvimento e simplificação do acesso aos dados informacionais jurídicos de forma rápida, eficiente e segura para os usuários, sendo possível, graças ao perfil competente e ao exercício relevante dos profissionais bibliotecários presentes.

A busca por novas ferramentas, informações e maneiras para facilitar o manuseio das obras e documentações nas unidades, são funções que permitem ao bibliotecário o pleno exercício e atuação. Sendo notável no contexto da pesquisa que suas experiências no desempenho de tais atividades são adquiridas com o manejar frequente das informações e fontes jurídicas, bem como, a colaboração e troca de conhecimentos com profissionais da área.

Pode-se afirmar, que os tribunais da capital sergipana são instituições que empregam grande parte dos bibliotecários na área jurídica no estado de Sergipe, como também, todos possuem em suas instalações bibliotecas especializadas, que objetivam atender as necessidades dos usuários internos e do próprio órgão.

A existência de cursos que priorizem a especialização dos profissionais bibliotecários em documentações de âmbito jurídico, ainda é uma realidade a ser concretizada no Brasil, pois, não há indícios de cursos da natureza para os profissionais da área no país. Por conta desse fato, os profissionais acabam buscando por meio da formação continuada, em principal a especialização, como uma forma de suprir suas necessidades informacionais e de conhecimento na área.

Já em Sergipe, há também uma realidade e desafio recorrente no cotidiano dos profissionais e categoria, o qual precisa ser resolvido o mais breve possível, que é, o descumprimento do Estado perante a Lei nº 4.084/62, que estabelece somente os profissionais bibliotecários para atuarem em atividades relativas ao seu exercício, o que pode resultar na abertura de diversas vagas para profissionais, bem como, qualificar o mercado de trabalho local que tanto necessita de seus perfis.

A pesquisa objetivou identificar o perfil do profissional bibliotecário dos tribunais da capital sergipana. O que foi possível de forma detalhada pelos objetivos específicos, que identificou:

Qual o perfil do profissional bibliotecário que atua nos tribunais de Aracaju?

Profissionais do sexo feminino, com idade entre 51 e 69 anos, concluiu a graduação na Universidade Tiradentes, nasceu no estado de Sergipe, possui como outro tipo de graduação Direito e Administração, pós-graduado em nível de especialização e possui conhecimento básico em inglês.

Como se dar a atuação do profissional bibliotecário nas bibliotecas dos tribunais com sede na capital sergipana? Ocupam o cargo de Bibliotecário, atua na área jurídica e na biblioteca a 16 anos ou mais, mantem-se atualizado por meio leituras em livros e periódicos especializados, o concurso público foi o motivo por escolha da área, a falta de cursos de especialização em documentação é a principal dificuldade e não possui publicações.

Quais as competências do bibliotecário que atua nas bibliotecas dos tribunais de Aracaju? Têm por competência o gerenciamento da unidade informacional, contribui no processo de catalogação e classificação de recursos informacionais, colabora para o desenvolvimento da informação jurídica, de fontes de informação jurídica e no incremento de bases de dados jurídicas.

Quais as principais fontes de informação jurídica utilizadas por esses profissionais? Utilizam como fontes de informações o Diário da Justiça, livros jurídicos, periódicos jurídicos, revista Jurídica, revista dos tribunais, periódicos eletrônicos, bases de dados de legislação federal de hierarquia superior, Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON), a Biblioteca do Senado Federal e na internet os sites Âmbito Jurídico e Interlegis.

Não se espera com esse trabalho esgotar todas as possibilidades de pesquisa, muito pelo contrário, abrir caminhos para que novos estudos na área de profissionais bibliotecários jurídicos sejam desenvolvidos por outros profissionais.

No entanto, destaca-se como estudos futuros: diagnostico das bibliotecas especializadas em informações jurídicas de Aracaju; perfil do bibliotecário jurídico sergipano; atuação do profissional bibliotecário nas instituições Ministério Público do Estado de Sergipe, Procuradoria do Estado e Assembleia Legislativa de Sergipe, bem como, a inserção do bibliotecário jurídico no mercado de trabalho sergipano.

Face ao exposto, espera-se que a pesquisa possa contribuir de alguma forma para futuras pesquisas relacionadas ao problema em questão e consequentemente como suporte para novas investigações relacionadas à área.

Conclui-se, portanto, que o problema em questão foi respondido e os objetivos da pesquisa foram atingidos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION OF LAW LIBRARIES. **Competences of Law Librarianship**. Chicago, 2001. Disponível em:

<<https://www.aallnet.org/mm/LeadershipGovernance/policies/PublicPolicies/competencies.html>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

BAPTISTA, S. G. et al. O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica: relato de pesquisa. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 151-174, jul./dez. 2008. Disponível em:

<<http://seer.bce.unb.br/index.php/RICI/article/view/809/2356>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. Competência e grupos de pesquisa: constituição de sua avaliação no Núcleo de Estudo e Pesquisa em Ciência da Informação da UFAM. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 7., Marília, 2006. **Anais...** Marília: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual de São Paulo, 2006. p. 1074-1082. Disponível em:

<<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiencib/paper/viewFile/2617/1745>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação jurídico-ambiental**: sítios, dicionários, bibliografias e outras referências para pesquisa. Prefácio Edilenice Passos. Belo Horizonte: Fórum, 2007. Edição para o Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídica, Brasília, 2007. Disponível em:

<<http://www.ediToraforum.com.br/sist/ebook/fontesambiental.asp>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

BATISTA, Tamara Couto; AVELAR, Hugo. A informação jurídica e seus desdobramentos: a experiência de implantação de uma biblioteca especializada em um escritório. *In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO*, 2012. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/gYOWs>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

BIBLIO CONCURSOS. **Biblioteconomia**. 2016. Disponível em: <<http://biblioconcursos.com.br>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965**. Regulamenta a Lei 4.084, de 30 e junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <<https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/FCEAAA2A7D02DF82032569FA00563BAE?OpenDocument&HIGHLIGHT=1,>>>. Acesso em: 10 set. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Brasília, DF, 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L12244.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

BRASIL. **Lei nº 4.084, 30 de junho de 1962.** Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Brasília, DF, 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação brasileira de ocupações.** Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (5. Região). **Biblioteca JFSE.** Aracaju, 2016. Disponível em: <https://www.jfse.jus.br/ac_biblioweb.htm>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral. **Biblioteca Prof. Valdice Alves de Souza.** Aracaju, 2016. Disponível em: <<http://www.tre-se.jus.br/institucional/cidadania-e-gestao/biblioteca/pagina-principal>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (20. Região). **Nossa biblioteca.** Aracaju, 2016. Disponível em: <http://siabi.trt20.jus.br/siabi-web-php/Telas/w_dados_biblioteca.ph>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CAMPOS, Cirlei Oraci Dias de; SILVA, Emanuel Quartiero da; PINTO, Marli Dias de Souza. A satisfação de usuários da informação jurídica: estudo na biblioteca da OAB/SC. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, n. 3, p. 200-217, 2015. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2366/1650>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

CESPE. **Concurso Biblioteconomia.** 2016. Disponível em: <<http://www.cespe.unb.br/cespe/>>. Acesso em 14 dez. 2016.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (Brasil). **O CFB.** Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/institucional/historico/o-cfb/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Caju.** 2009. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/copy_of_publicacoes>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CONSULPLAN. **Biblioteconomia.** 2016. Disponível em: <<http://www.consulplan.net/busca.aspx?search=bibliotec%a1rio>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa.** 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. 130 p. (Educação contemporânea).

DURAND, Thomas. L'alchimie de la compétence. **Revue Française de Gestion**, Cachan, FR, v. 32, n. 160, p. 261-292, 2006. (republicação da Revue Française de Gestion, n. 127, p. 84-102, janv./févr. 2000). Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-francaise-de-gestion-2006-1-page-261.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

FARIA, Ana Carolina Cintra. **A inserção do bibliotecário no mercado de trabalho: fatores de influência e competências**. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/18871>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

FIALHO, F. et al. **A Gestão do conhecimento nas organizações**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010.

FULLIN, Camila Barleta. Perspectivas futuras para a demanda de profissionais da informação e a organização da informação jurídica nos escritórios de advocacia de Campinas. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.3, n. 2, p. 31-42, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/include/getdoc.php?id=260&article=61&mode=pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Concurso para bibliotecário**. 2016. Disponível em: <<http://www.concursosfcc.com.br/>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, Fernanda Xavier et al. A Biblioteca Escolar e a Formação do Bibliotecário: uma reflexão a partir da Lei 12.244. **Páginas a&b – arquivos e bibliotecas**, Porto, nº especial, p. 65-72, 2016. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/1451/1241>>. Acesso em 29 jul. 2016.

GRAMIGNA, Maria Rita. **Modelo de competências e gestão dos talentos**. São Paulo: Makron Books, 2002. 161 p.

LOUREIRO, Regina Célia Campagnoli. **A especialidade do bibliotecário jurídico: bases para uma interação com o usuário operador do direito**. 2015. Disponível em: <<http://gidjrj.telecharge.com.br/wp-content/uploads/2013/11/A-especialidade-do-bibliotec%C3%A1rio-jur%C3%ADdico1.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIRANDA, A. C. C. de. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 87-94, jan./abr. 2007. Disponível em:

<<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/view/463/1468>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; D'AMORE, Ticiano Maciel; PINTO, Virginia Bentes. Gestão documental da informação jurídica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.3, p. 96-110, jul./set. 2013. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1710>>. Acesso em: 10 set. 2016.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; GALLOTTI, Mônica Marques Carvalho; MIRANDA, Erlano Silva de. A gestão da qualidade como estratégia de suporte para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 14, n. 2, p. 262-278, maio 2016. ISSN 1678-765X. Disponível em:

<<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8643771/pdf>>. Acesso em: 09 set. 2016.

MIRANDA, Silvânia Vieira. **Identificação de necessidades de informação e sua relação com competências informacionais**: o caso da supervisão indireta de instituições financeiras no Brasil. 2007. 297 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Brasília, DF, 2007. Disponível em:

<<http://bdtd.bce.unb.br/tedesimplificado/tdebusca/arquivo.php?codArquivo=1195>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

MOURA, Dora Leão et al. Competências requeridas no mercado globalizado. In: FISCHER, André Luiz; DUTRA, Joel Souza; AMORIM, Wilson Aparecido Costa de (Org.). **Gestão de pessoas**: desafios estratégicos das organizações contemporâneas. São Paulo: Atlas, 2009. p. 77-78.

OLIVEIRA, Adriana Carla Silva de. Informação jurídica: o desafio do atendimento na era virtual. In: SEMINÁRIO DE INFORMAÇÃO JURÍDICA: INFORMAÇÃO VIRTUAL: CONHECIMENTO PARA TODOS? 2., 2006, Recife. **Anais...** Recife, 2006. Disponível em: <http://www.infolegis.com.br/wa_files/adriana-carla.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2017.

PAIVA, Rodrigo Oliveira de; POTTER, Suelem Gadelha. O bibliotecário jurídico na contemporaneidade. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 14, 2011, Maranhão. **Anais...** São Luís: Universidade Federal do Maranhão. 2011. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/node/118>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

PASSOS, Edilenice. Bibliotecário jurídico: seu perfil, seu papel. In: ENCONTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA DO RIO DE JANEIRO, 3., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:

<<http://www.infolegis.com.br/perfilbibjuridico.htm>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

PASSOS, Edilenice; WALTER, Maria Tereza. Mercado de trabalho para o bibliotecário jurídico nas bibliotecas do Poder Legislativo e tribunais superiores. **Cadernos de Informação Jurídica (Cajur)**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 14-49, 2014. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/viewFile/3/13google.com.br/?gws_rd=ssl#spf=1>. Acesso em: 10 set. 2016.

PODBOY, Alvin. **React or die:** librarians must inovate to survive. 2000. Disponível em: <http://ltn-archive.hotresponse.com/july00/library_administration_p34.html>. Acesso em: 16 jan. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.

ROSSI, Tatiana. **Gestão de competências na prestação de serviços de informação em bibliotecas de universidades da região de Florianópolis / SC.** 2012. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://pgcin.paginas.ufsc.br/files/2010/10/ROSSI-Tatiana.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

SANTIAGO, Antônio Edilberto Costa. **Competência informacional jurídica e as habilidades de pesquisa.** 2012. 261 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <<http://ri.ufs.br/handle/123456789/1355>>. Acesso em: 17 set. 2016.

SANTOS, Gabriela Marinho dos. **O potencial do ensino do empreendedorismo na formação do bibliotecário inovador:** uma análise da experiência brasileira. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18669>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

SARAIVA, Lucila Rocha. **O perfil do bibliotecário que atua a área do Direito:** o caso da biblioteca do Senado Federal. 2009, 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade De Brasília – UNB. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABpLUAL/perfil-bibliotecario-que-atua-na-area-direito-caso-biblioteca-senado-federal>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

SERGIPE. Tribunal de Contas do Estado. **Biblioteca digital TCE/SE.** Aracaju, 2016. Disponível em: <<http://www.tce.se.gov.br/sitev2/conteudo.ler.php?id=5335>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

SERGIPE. Tribunal de Justiça. **Biblioteca jurídica TJSE.** Aracaju, 2016. Disponível em: <<http://www.tjse.jus.br/biblioteca/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SILVA, Andréia Gonçalves. **Fontes de informação jurídica:** conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 227 p.

SILVA, Andréia Gonçalves. **Fontes de informação jurídica**: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

SILVA, Fabiano Couto Correa da. **Bibliotecários especialistas**: guia de especializações e recursos informacionais. Brasília: Thesaurus, 2005.

SILVA, Antonio Luís Fonseca; SILVA, Francisco Renato Sampaio da. Mercado de trabalho para bibliotecários de Teresina: o caso dos profissionais bibliotecários formados por uma universidade pública do Piauí. **Revista Interdisciplinar**, v. 6, n. 3, p. 160-173, 2013. Disponível em: <http://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/viewFile/29/pdf_53>. Acesso em: 22 ago. 2016.

SILVEIRA, F. J. N. O bibliotecário como agente histórico: do humanista ao moderno profissional da informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 83-94, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1873/2275>>. Acesso em: 10 set. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Trajetória do curso de Biblioteconomia da UFS**. São Cristóvão. 2011. Disponível em: <<http://www.cursodebiblioteconomia.blogspot.com.br/p/historico-docurso.html?m=1>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

VIEIRA, Henrique Corrêa; CASTRO, Aline Eggres de; SCHUCH JÚNIOR, Vitor Francisco. **O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.josenorberto.com.br/ousodequestionariosviae-mailempesquisasacademicassobaoticados.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

VALENTIM, Marta Lígia. Formação: competências e habilidades do profissional da informação. In: VALENTIM, Marta Lígia (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 117-132.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. O moderno profissional da informação: formação e perspectivas profissional. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.** Florianópolis, n.9, p.16-28, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/15182924.2000v5n9p16/50>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles. **Bibliotecários no Brasil**: representações da profissão. 2008. 345 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5288/1/2008%20Maria%20Tereza%20Machado%20Teles%20Walter.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. Trad. Maria Helena C. V. Trylinski. 1. ed., 4. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011. 197 p.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário

Perfil do bibliotecário jurídico

1 – Gênero: () Masculino () Feminino

2 – Faixa etária: () de 21 a 30 anos () de 31 a 40 anos () de 41 a 50 anos
() de 51 a 60 anos () acima de 60 anos

3 – Formação: Em que lugar do país você concluiu a graduação em Biblioteconomia?

4 – Estado de origem: Qual estado que você nasceu?

5 – Você possui outra graduação?

() Sim Qual? _____

() Não

6 – Formação continuada: Você possui curso de pós-graduação?

() Especialização Área _____

() Mestrado Área _____

() Doutorado Área _____

() Não

7 – Idioma: Indique seu conhecimento em língua estrangeira: nível básico, intermediário ou avançado.

- Idioma: _____ () Básico () Intermediário () Avançado

- Idioma: _____ () Básico () Intermediário () Avançado

- Idioma: _____ () Básico () Intermediário () Avançado

- Idioma: _____ () Básico () Intermediário () Avançado

- () Nenhum

Atuação do bibliotecário jurídico

8 – Cargo ocupado: Qual seu atual cargo na biblioteca?

9 – Área de atuação: Qual sua área de atuação na biblioteca?

10 – Tempo de atuação: Qual é o seu tempo de atuação na área jurídica:

() 1 a 5 anos () 6 a 10 anos () 11 a 15 anos () 16 anos ou mais

11 – Qual o tempo que você atua nesta biblioteca:

() 1 a 5 anos () 6 a 10 anos () 11 a 15 anos () 16 anos ou mais

12 – Como você se mantém atualizado em sua área de atuação? Pode marcar mais de uma opção.

() Cursos e eventos

() Listas de discussão

() Leitura de livros ou periódicos especializados

() Blogs

() Sites jurídicos

() Outras Quais? _____

13 – O que motivou a escolha pela área jurídica?

14 – Dificuldades: Principais dificuldades para atuar na área jurídica? Pode marcar mais de uma opção.

() Terminologias jurídicas

() Desconhecimento das fontes de informação jurídica

() Falta de curso de especialização em documentação jurídica

() Não há dificuldade

() Outras Quais? _____

15 – Publicações: Você possui trabalhos publicados? Em caso afirmativo, indique quais:

() Artigo; trabalhos em congressos;

() Outras Quais? _____

() Não

Competências do bibliotecário jurídico

16 – Gerenciais: Você contribui para o gerenciamento de algum setor da unidade informacional?

- ☐ Gerenciamento da unidade informacional
- ☐ Gerenciamento da qualidade e do conteúdo de fontes de informação jurídicas
- ☐ Orientação de estágios
- ☐ ☐ Outros

Quais? _____

☐ Não

17 – Técnicas: Você contribui para o desenvolvimento de algum processo no setor de tratamento técnico da informação? Em caso afirmativo, indique quais:

- ☐ Aquisição
- ☐ Catalogação
- ☐ Indexação
- ☐ Classificação de recursos informacionais jurídicos
- ☐ Outros

Quais? _____

☐ Não

18 – Pesquisas: Você contribui para elaboração de algum tipo de pesquisa na área jurídica?

☐ Sim

Quais? _____

☐ Não

19 – Produtor de informação: Você contribui para o desenvolvimento da informação jurídica? Pode marcar mais de uma opção.

- ☐ Desenvolvimento de fontes de informação jurídica
- ☐ Cria instrumentos de pesquisa bibliográficos, jurisprudenciais e/ou de leis;
- ☐ Elaboração de dossiês de informações jurídicas
- ☐ Elaboração de boletim bibliográfico
- ☐ Outros

Quais? _____

☐ Não

20 – Tecnológicas: Você contribui para o desenvolvimento de recursos tecnológicos para área? Em caso afirmativo, indique quais:

- ☐ Colabora no desenvolvimento de bases de dados jurídicas
- ☐ Manutenção de bases de dados jurídicas;
- ☐ Mantém atualizado um sítio na internet da unidade de informação
- ☐ Outras

Quais? _____

☐ Não

Fontes de informações jurídicas

21 – Fontes primarias: Indique as fontes primarias mais utilizadas para o desenvolvimento de suas atividades. Pode marcar mais de uma opção.

- ☐ Diário Oficial da União
- ☐ Diários oficiais dos estados
- ☐ Diário da Justiça
- ☐ Outras Quais? _____
- ☐ Não

22 – Fontes secundarias: Indique as fontes secundarias mais utilizadas para o desenvolvimento de suas atividades. Pode marcar mais de uma opção.

- ☐ Livros jurídicos
- ☐ Periódicos jurídicos
- ☐ Revista Jurídica
- ☐ Revista dos Tribunais
- ☐ Periódicos eletrônicos
- ☐ Outras Quais? _____
- ☐ Não

23 – Sistemas e bases de dados: Indique os sistemas e bases de dados mais utilizadas para o desenvolvimento de suas atividades. Pode marcar mais de uma opção.

- ☐ Bases de dados de legislação federal de hierarquia superior
- ☐ Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON)
- ☐ Legislação Federal do Brasil – mantida pela Presidência da República
- ☐ Outras Quais? _____
- ☐ Não

24 – Bibliotecas: Indique as bibliotecas mais utilizadas para o desenvolvimento de suas atividades. Pode marcar mais de uma opção.

- ☐ Biblioteca do Senado Federal
- ☐ Biblioteca da Câmara dos Deputados
- ☐ Biblioteca dos tribunais
- ☐ Bibliotecas virtuais
- ☐ Biblioteca Digital Jurídica
- ☐ Outras Quais? _____
- ☐ Não

25 – Internet: Indique as fontes de informação jurídica mais utilizadas na internet para o desenvolvimento de suas atividades. Pode marcar mais de uma opção.

() BDJUR

() SICON

() Âmbito Jurídico

() LexML

() Conjur

() Interlegis

() Buscalegis

() Outras Quais? _____

() Não